

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

ANO XII NÚMERO 113 MAIO TIRAGEM 3.000

ESPECIAL

ELEIÇÕES NO BRASIL



ENTREVISTA

Desembargador Encinas Manfré detalha o papel dos municípios. **PGS. 16 a 18**

CONEXÃO APM

Reforça união regional e fortalecimento do municipalismo em Presidente Prudente. **PGS. 06 a 07**

MARCHA A BRASÍLIA

Municipalismo ganha voz e constrói caminhos para o Brasil. **PGS. 30 a 32**



- 04 e 05 FUNDEB**
POR QUE TANTAS CIDADES ESTÃO PERDENDO RECURSOS?
- 08 e 09 Artigo**
Dimas Ramalho
- 10 a 12 Debates estratégicos**
- 13 PJG**
COMPROMISSO COM A JUSTIÇA MARCA RECONDUÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA
- 14 e 15 IPT**
TECNOLOGIA A SERVIÇO DA GESTÃO PÚBLICA E DA SOCIEDADE
- 16 e 18 Entrevista**
DESEMBARGADOR ENCINAS MANFRÉ
- 22 e 25 Orientações**
DR. RICARDO VITA PORTO EXPLICA: COMUNICAÇÃO NAS PREFEITURAS REQUER CUIDADOS
- 26 e 27 Artigo**
Isabela Giglio
- 28 e 29 Gestão Estratégica**
Professor Carlos Kerbes
- 33 TSE**
NUNES MARQUES ASSUME O TSE E COLOCA DEFESA DA DEMOCRACIA NO CENTRO DAS ELEIÇÕES 2026
- 34 e 35 Artigo**
Dr. Luciano Ferreira Peres
- 36 a 38 CAU/SP**
ATHIS: UMA ESTRATÉGIA PARA CIDADES INCLUSIVAS
- 40 e 41 Mulheres em Destaque**
Por Marilene Mariottoni
- 42 e 43 TCU**
PREVENÇÃO DE DESASTRES: UM DESAFIO URGENTE – E POSSÍVEL – PARA OS MUNICÍPIOS PAULISTAS
- 44 e 45 CDHU**
SP BATE RECORDE DE INVESTIMENTO EM ATENDIMENTOS HABITACIONAIS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS



Marcha a Brasília



Conexão APM



20 a 21
Eleições 2026

MUNICIPALISMO TÉCNICO E A NOVA ESTRUTURA DA GOVERNANÇA LOCAL

O municipalismo brasileiro atravessa uma transição silenciosa, porém estrutural. Durante décadas, a principal pauta dos Municípios concentrou-se na ampliação da autonomia federativa e na redistribuição de receitas. Hoje, embora essas discussões permaneçam essenciais, já não são suficientes para responder à complexidade da administração pública contemporânea.

O ambiente normativo tornou-se mais sofisticado, o controle institucional mais orientado por desempenho e a responsabilidade administrativa mais vinculada à capacidade de planejamento, execução e monitoramento de resultados. A gestão municipal deixou de operar apenas sob lógica política e passou a exigir densidade técnica permanente.

A Lei nº 14.133/2021 representa uma das expressões mais claras dessa mudança. O planejamento administrativo deixou de ocupar posição periférica e passou a integrar o núcleo de legitimidade da contratação pública. Instrumentos como Plano de Contratações Anual, Estudo Técnico Preliminar, matriz de riscos e governança contratual deixaram de ser formalidades acessórias e passaram a compor a própria racionalidade administrativa.

Esse movimento não se restringe às contratações públicas. Reforma tributária, transformação digital, proteção de dados, judicialização das políticas públicas e novos mecanismos de controle exigem dos Municípios capacidade institucional cada vez mais especializada. A administração local já não pode de-



pendar de soluções improvisadas.

Nesse contexto, o fortalecimento técnico deixa de representar apenas modernização gerencial e passa a constituir condição de estabilidade institucional. Municípios com baixa capacidade de planejamento tendem a ampliar vulnerabilidades fiscais, insegurança decisória e dependência operacional.

Surge, assim, um novo eixo para o municipalismo brasileiro. A autonomia política continuará indispensável, mas precisará coexistir com inteligência institucional, profissionalização administrativa e capacidade técnica permanente. Municípios fortes não serão apenas aqueles que arrecadam mais, mas os que conseguem transformar estrutura administrativa em capacidade concreta de governar.

O debate municipalista, portanto, ingressa em nova etapa. A pauta federativa permanece central, mas o futuro das administrações locais dependerá, cada vez mais, da construção de estruturas estáveis, qualificadas e preparadas para administrar um Estado progressivamente mais complexo.

Fred Guidoni
Presidente da APM



A revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios - APM

PRESIDENTE

Fred Guidoni

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Elaine Garcia
MTB 11.565/MG

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Núbia Barros

PUBLICIDADE

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

FALE CONOSCO

11 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Mai 2026

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.





FUNDEB 2026: por que tantas cidades estão perdendo recursos?

Falhas técnicas, ausência de planejamento e desconhecimento das novas regras fazem cidades perderem recursos importantes para a educação pública

Por Instituto I 10

O novo FUNDEB transformou a forma como os municípios brasileiros recebem recursos para a educação básica. Desde que o fundo se tornou permanente, em 2020, prefeitos e secretarias municipais passaram a lidar com um modelo mais técnico, baseado em desempenho, categorias de matrícula e critérios de gestão educacional.

Na prática, isso significa que cada informação registrada no Censo Escolar passou a impactar diretamente a arrecadação municipal.

E o cenário preocupa: somente no estado de São Paulo, estima-

-se que mais de R\$ 13 bilhões em recursos deixem de ser acessados pelas redes municipais por falhas administrativas, inconsistências cadastrais e falta de adequação às novas regras do FUNDEB.

Grande parte das perdas acontece porque muitos municípios ainda não conseguem integrar corretamente dados pedagógicos, financeiros e administrativos. Em diversas cidades, atendimentos que já acontecem na prática não são registrados adequadamente nos sistemas oficiais e, sem registro, não há repasse.

É o caso da educação espe-

cial, do ensino integral e das escolas localizadas em áreas rurais, que possuem fatores de ponderação diferenciados e podem ampliar significativamente a recei-

“ Segundo especialistas, praticamente todos os municípios possuem algum nível de receita represada por inconsistências técnicas ou falta de estratégia específica para o FUNDEB”.

ta educacional.

Outro desafio importante está no VAAR - Valor Aluno Ano Resultado, complementação federal de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões anuais destinada aos municípios que cumprem cinco condicionalidades definidas pelo MEC.

Entre elas estão critérios de transparência, gestão por mérito, participação em avaliações educacionais e implementação da BNCC Computação. O problema é que grande parte dos municípios ainda não consegue atender simultaneamente todas as exigências.

Especialistas alertam que muitas dessas adequações não exigem grandes investimentos, mas sim organização técnica, atualização de cadastros e planejamento estratégico.

Pequenos erros, grandes perdas

Os diagnósticos realizados em municípios paulistas mostram que situações aparentemente simples podem representar mi-



lhões de reais perdidos ao longo do ano.

Entre os exemplos mais comuns estão:

- escolas funcionando em jornada ampliada, mas cadastradas como período parcial;
- alunos da educação especial sem registro correto de AEE;
- unidades rurais classificadas como urbanas;
- ausência de solicitação ou adequação ao VAAR.

O impacto é direto no orçamento municipal, já que o Censo Escolar define a distribuição dos recursos futuros da educação.

Campinas revela o tamanho da oportunidade

O caso de Campinas ajuda a ilustrar o potencial financeiro envolvido. Com mais de 62 mil matrículas e receita superior a R\$ 533 milhões no FUNDEB, o município possui estimativa de mais de R\$ 164 milhões em recursos ainda não acessados.

A maior oportunidade está na ampliação da educação integral e no cumprimento das exigências do VAAR.

Segundo especialistas, praticamente todos os municípios possuem algum nível de receita represada por inconsistências técnicas ou falta de estratégia específica para o FUNDEB.

Mais do que uma pauta financeira, o novo modelo exige capacidade de gestão, leitura técnica dos indicadores e integração entre educação e administração pública.

E com o calendário do Censo Escolar em andamento, o alerta é claro: cada informação preenchida hoje pode representar milhões de reais a mais, ou a menos, no orçamento educacional de amanhã.

FUNDEB 2026:
por que tantas cidades estão perdendo recursos?

Falhas técnicas, ausência de planejamento e desconhecimento das novas regras fazem cidades perderem recursos importantes para a educação pública

FUNDEB
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

RECURSOS DA EDUCAÇÃO NÃO PODEM SER PERDIDOS.

- ✗ DADOS INCORRETOS
- ✗ CADASTROS INCOMPLETOS
- ✗ FALTA DE PLANEJAMENTO
- ✓ GESTÃO EFICIENTE = MAIS RECURSOS PARA EDUCAÇÃO

CENSO ESCOLAR: CADA INFORMAÇÃO PODE REPRESENTAR MILHÕES DE REAIS A MAIS OU A MENOS.

MATRÍCULAS CORRETAS
EDUCAÇÃO ESPECIAL
EDUCAÇÃO INTEGRAL
ESCOLAS RURAIS
VAAR CONDICIONALIDADES
MAIS RECURSOS PARA EDUCAÇÃO

Conexão APM reforçou união regional e fortalecimento do municipalismo em Presidente Prudente

Encontro reuniu lideranças públicas em um dia de capacitação, integração e debates estratégicos para os municípios paulistas

Por Elaine Garcia

A cidade de Presidente Prudente recebeu, no dia 14 de maio, mais uma edição do Conexão APM, iniciativa promovida pela Associação Paulista de Municípios, voltada ao fortalecimento da gestão pública municipal por meio da capacitação técnica, da articulação institucional e da troca de experiências entre lideranças locais.



Conexão APM Presidente Prudente

O encontro reuniu 42 prefeitos, além de vice-prefeitos, secretários municipais, técnicos e representantes públicos da região em uma programação dedicada aos principais desafios enfrentados pelas administrações municipais. Temas como reforma tributária, planejamento, finanças públicas e desenvolvimento regional estiveram entre os assuntos debatidos ao longo do evento.

Durante o encontro, o Presidente da APM, Fred Guidoni, destacou a importância da união entre os municípios para ampliar o desenvolvimento regional e fortalecer o municipalismo paulista. “Levar informação, capacitação, conhecimento, inovação e modernização para a gestão pública local e melhorar as políticas públicas das 53 cidades administrativas da

região de Presidente Prudente são algumas das missões da APM”. Outro ponto ressaltado por Fred Guidoni, foi o papel dos líderes municipais na construção de soluções para as demandas locais. “Quem representa os municípios são as prefeitas e prefeitos eleitos pelo voto, lutando diariamente pelas dificuldades e buscando fazer um bom trabalho para a população. Isso representa a força do municipalismo paulista em torno de um objetivo comum, que é fazer o melhor para essa região”, esclareceu o presidente da APM.

A programação também contou com a participação do secretário de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, Gilberto Kassab, que ressaltou a importância da atuação da APM junto aos municípios. “O

principal instrumento para solucionar os problemas dos municípios paulistas é a APM. Esse trabalho de orientação, parceria e mobilização séria e transparente é fundamental em um cenário tão complexo.”

Criado dentro das comemorações dos 77 anos da entidade, o Conexão APM vem se consolidando como uma das principais agendas municipalistas do Estado de São Paulo, aproximando conhecimento técnico da realidade das administrações locais e fortalecendo a integração entre os municípios paulistas.

Para acompanhar a cobertura completa do evento, acesse o site da APM ou as redes sociais.

Fonte: Site APM/ e Instagram Oficial da APM/SP





Escudos de papel

Por Dimas Ramalho

Em 2026, a Lei Maria da Penha completa vinte anos imersa em uma contradição dilacerante. O Brasil que celebra a vigência de uma das legislações mais avançadas do mundo no combate à violência doméstica, como reconheceu a ONU, é o mesmo país que, em 2025, registrou o recorde histórico de feminicídios. Ao ritmo de quatro mulheres assassinadas por dia, a efeméride perde seu caráter festivo para se tornar um inventá-

rio de insuficiências. O paradoxo é brutal: nunca tivemos uma lei tão robusta, e nunca fomos tão letais para quem ela jurou proteger.

A trajetória da Lei 11.340/06 ao longo dessas duas décadas é marcada por uma hiperatividade legislativa que tenta, incessantemente, fechar as fendas por onde a barbárie insiste em escoar. Desde a sua sanção, a lei passou por quase 20 mudanças significativas. Foram ajustes que buscaram en-

“A Lei Maria da Penha é um avanço fundamental, mas sua eficácia ainda esbarra em limitações estruturais que afetam, sobretudo, mulheres periféricas e negras”.

durecer punições, facilitar o afastamento do agressor e tornar o rito judicial menos hostil. No entanto, essa metamorfose contínua do texto legal revela uma tentativa quase desesperada de remediar com tinta e papel uma realidade que se impõe pela violência.

O feminicídio no Brasil do século 21 não é um fenômeno metropolitano; ele é, em grande medida, um crime do isolamento. Os dados são reveladores: metade dos assassinatos de mulheres ocorre em cidades com até 100 mil habitantes, onde o Estado é, muitas vezes, falho e insuficiente. Nesses territórios, a rede de proteção é quase uma miragem; apenas 5% desses municípios contam com uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

Sem o amparo de um atendimento humanizado e técnico, denunciar torna-se um ato de coragem solitária. A lei, nesse cenário, é uma promessa que não consegue cruzar as fronteiras do asfalto das capitais.

Esse cenário de abandono institucional é agravado pelo racismo estrutural que atravessa o sistema de justiça: 62% das vítimas de feminicídio no país são mulheres negras. Para elas, a vulnerabilidade é tripla, somando a opressão de gênero à precariedade econômica e ao preconceito



de cor que, não raro, faz com que suas denúncias sejam ignoradas ou tratadas com menor urgência pelas autoridades.

O feminicídio é, finalmente, um crime de proximidade, metódico e íntimo. O dado de que oito em cada dez assassinatos foram cometidos por parceiros ou ex-companheiros expõe o lar não como um porto seguro, mas como o palco principal da violência contra a mulher. O agressor não é um monstro desconhecido que surge das sombras; é o homem com quem se compartilhou a mesa, os planos e, por vezes, a criação dos filhos.

Essa estatística revela que a violência de gênero no Brasil é alimentada por uma ideia de posse que resiste a duas décadas de repressão penal. O "amor" e o "cuidado" ainda são usados como ferramentas de controle que, ao serem questionados, transmudam-se em ódio letal. O aparato estatal brasileiro, contudo, ainda se mostra reativo, especializando-se em processar o desfecho trágico, mas demonstrando uma in-

capacidade crônica de intervir no processo de escalada do abuso.

A evidência mais cortante dessa falência preventiva reside no destino daquelas que acreditaram no Estado. É desolador constatar que, em 13% dos feminicídios, as vítimas possuíam uma medida protetiva de urgência no momento em que foram mortas. O dado é o atestado de que esse instrumento corre o risco de ser apenas um 'escudo de papel'.

A mulher que obtém a ordem judicial de afastamento cumpre o que a sociedade e a lei esperavam dela: rompe o silêncio, busca o aparato legal e confia na força da justiça. No entanto, sem fiscalização, tal garantia torna-se uma barreira puramente simbólica contra um agressor armado com ódio e impunidade. A proteção que não se materializa em vigilância real é uma negligência assistida, que entrega à vítima uma falsa –e fatal– sensação de segurança.

Chegamos aos vinte anos da Lei Maria da Penha com o peso de

uma geração que viu o texto legal avançar enquanto os cemitérios continuavam a receber corpos de mulheres que a lei jurou poupar. A celebração dessa data deve ser, portanto, um exercício de auto-crítica nacional. Não carecemos de novas leis; carecemos de orçamento destinado à interiorização das redes de acolhimento, de políticas de autonomia financeira para que a mulher possa abandonar o teto do agressor e, fundamentalmente, de uma reforma cultural que desconstrua a masculinidade como exercício de poder.

A Lei Maria da Penha é um avanço fundamental, mas sua eficácia ainda esbarra em limitações estruturais que afetam, sobretudo, mulheres periféricas e negras. Para que as próximas décadas não repitam os atuais índices de violência, o Estado brasileiro deve decidir se o combate ao feminicídio é uma prioridade real ou apenas uma retórica para o cenário internacional.

Enquanto a medida protetiva for tratada como burocracia e a violência de gênero for tolerada culturalmente, a legislação permanecerá incompleta. A maturidade da lei será alcançada quando seu sucesso for medido pela preservação da vida, e não apenas pelo volume de registros criminais.



Dimas Ramalho - vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Fred Guidoni, presidente da APM, convidado especial do evento, falou sobre o tema mobilidade da grande São Paulo.

Integração que ultrapassa fronteiras: APM leva experiência paulista a debate estratégico em Florianópolis

Por Elaine Garcia

A construção de soluções coletivas para os desafios urbanos ganhou protagonismo em Santa Catarina, no dia 27 de abril. Em um encontro que reuniu lideranças públicas, empresariais e institucionais, o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Fred Guidoni, participou do evento “Desafios da Região Metropolitana de Florianópolis”, promovido pelo Movimento Floripa Sustentável, levando à pauta a contribuição da experiência prática de articulação regional desen-

volvida em São Paulo.

Realizado em São José, município vizinho à capital catarinense, o encontro se consolidou como um espaço estratégico de diálogo sobre governança metropolitana, tema que, cada vez mais, exige soluções integradas e cooperação entre diferentes esferas de poder.

Em sua participação, Guidoni apresentou um panorama do funcionamento das cinco regiões metropolitanas paulistas, destacando a necessidade de alinhar

a gestão pública à realidade vivida pela população. “Nelas, assim como aqui em Florianópolis, a população já vive integrada e por isso é preciso formular uma gestão administrativa sob a responsabilidade de um ente que possa, de fato, operacionalizar as políticas públicas”, afirmou.

A fala reforçou um dos pontos centrais do debate: a urgência de superar modelos fragmentados de gestão. Para o presidente da APM, o avanço passa necessariamente pela construção de con-

“O encontro se consolidou como um espaço estratégico de diálogo sobre governança metropolitana, tema que, cada vez mais, exige soluções integradas e cooperação entre diferentes esferas de poder”.

sensos entre os gestores locais. “É preciso fazer um bom processo de convencimento dos prefeitos pela integração, colocando todos na mesma mesa, como o Floripa Sustentável está fazendo aqui”, disse, ao citar como referência os consórcios regionais paulistas, que têm viabilizado investimentos e projetos conjuntos em diversas áreas.

A reflexão proposta por Guidoni dialoga diretamente com um dos principais desafios das regiões metropolitanas brasileiras: a transição de uma lógica competitiva para um modelo colaborativo. “É preciso sair da lógica de competição entre municípios e avançar para um modelo de cooperação. A população já vive de forma integrada, falta o Poder Público acompanhar essa realidade”, afirmou.

Sem recorrer a protagonismos isolados, a participação da APM no encontro evidenciou o papel crescente da entidade no debate nacional sobre gestão pública eficiente e integrada. Ao compartilhar experiências consolidadas, a asso-



(Foto: Leonardo Sousa de Malu Sousa)

Na abertura do evento, João Luiz Demantova (E), Roberto Costa e Topazio Neto



Lideranças e autoridades reunidas no evento.

ciação contribuiu para ampliar o repertório de soluções em diferentes regiões do país, reforçando a importância do diálogo federativo.

Guidoni também destacou a relevância da iniciativa local, reconhecendo o Movimento Floripa Sustentável como um exemplo de articulação. Fundado em 2017 e atualmente composto por 48 entidades, o movimento tem se consolidado como um espaço de convergência entre sociedade ci-

vil, poder público e setor produtivo. “Uma união que é um exemplo para todo o Brasil”, pontuou.

Governança metropolitana em pauta

O encontro teve como objetivo central fortalecer a integração entre os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, além de promover uma análise conjunta de áreas estruturais

(Foto: Leonardo Sousa de Malu Sousa)



Abertura do evento “Desafios da Região Metropolitana de Florianópolis”.

como mobilidade urbana, transporte coletivo e saneamento básico, setores historicamente marcados por desafios de coordenação e investimento.

A proposta de construção de uma governança compartilhada foi um dos principais encaminhamentos do evento. “Cumprimos com os objetivos de ampliar a articulação e a integração das cidades da Região Metropolitana, tomar conhecimento da situação atual de setores básicos como mobilidade urbana, transporte coletivo e saneamento e estabelecer como prioridade uma governança entre Governo do Estado, municípios, entidades da sociedade civil e a iniciativa privada, para permitir um rápido desenvolvimento de ações e obras que têm muitos anos de atraso”, afirmou o presidente do Floripa Sustentável, Roberto Costa.

A programação reuniu diferentes perspectivas sobre o tema. Além de Fred Guidoni, participaram da primeira parte do evento

o presidente da Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas (Sudesc), João Luiz Demantova, e o prefeito de Florianópolis e presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Topázio Neto.

Na sequência, o debate foi ampliado com a participação de gestores municipais e representantes institucionais, como os prefeitos **Orvino Coelho de Ávila** (São José) e **Alexandre Martins de Souza** (Biguaçu), além do secretário estadual de Articulação Internacional e Projetos Estratégicos, **Paulo Bornhausen**. Representando entidades parceiras, também contribuíram a presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana (Aemflo), **Cintia Pieri**, e o presidente do Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (Comdes), **Robson Truppel**.

“O encontro teve como objetivo central fortalecer a integração entre os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, além de promover uma análise conjunta de áreas estruturais como mobilidade urbana, transporte coletivo e saneamento básico”.

Um debate que ecoa além da região

Mais do que um encontro regional, o evento reforçou uma pauta que se espalha por todo o país: a necessidade de repensar a gestão das grandes áreas urbanas sob uma lógica integrada, eficiente e alinhada às dinâmicas contemporâneas. Nesse contexto, a presença da APM, representada por Fred Guidoni, não apenas amplia o alcance do debate, como também demonstra o papel das entidades municipalistas na construção de soluções concretas para os desafios brasileiros. Ao conectar experiências e promover o intercâmbio de práticas, iniciativas como essa contribuem para fortalecer uma agenda pública cada vez mais colaborativa e essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Fonte: Assessoria de Imprensa APM, Site Floripa Sustentável e Jornal ND.



Procurador-geral de Justiça Paulo Sérgio de Oliveira e Costa

Compromisso com a Justiça marca recondução no Ministério Público paulista

“Assim o prometo”. Foi com essa reafirmação simbólica que o procurador-geral de Justiça Paulo Sérgio de Oliveira e Costa marcou sua recondução ao comando do Ministério Público de São Paulo para mais um biênio. A cerimônia, realizada no auditório Ruy Barbosa, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, reuniu autoridades dos poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, representantes das forças de segurança, academia e sociedade civil.

Em discurso, o PGJ destacou que a nova gestão será guiada pelo “diálogo, firmeza e equilíbrio”, reforçando que a recondução “representa a validação de um

projeto coletivo”. Entre as prioridades anunciadas estão o enfrentamento à violência doméstica, o combate ao crime organizado, a proteção de crianças no ambiente digital e a valorização da vítima no sistema de Justiça.

Oliveira e Costa ressaltou ainda a importância da atuação integrada entre instituições, citando a parceria com as polícias Civil e Militar como estratégica para o avanço das operações contra facções criminosas. “O grande patrocinador das nossas ações é o povo brasileiro”, afirmou, ao mencionar mais de 200 operações realizadas nos últimos dois anos.

“Entre as prioridades anunciadas estão o enfrentamento à violência doméstica, o combate ao crime organizado, a proteção de crianças no ambiente digital e a valorização da vítima no sistema de Justiça”.

Outro momento de destaque foi a homenagem à coronel Glauce Anselmo Cavalli, apontada pelo procurador-geral como “a primeira mulher em 200 anos a comandar a Polícia Militar”, sendo aplaudida de pé, pelo público presente.

Ao defender uma atuação técnica e independente do Ministério Público, o PGJ enfatizou: “Para que possamos preservar nossa autonomia, devemos permanecer acima de partidos e abaixo de palanques”.

A solenidade também foi marcada por manifestações de apoio de diversas autoridades, entre elas, o ex-presidente Michel Temer, o ministro do STF Alexandre de Moraes e o prefeito de São Paulo Ricardo Nunes, que destacaram a experiência, o equilíbrio institucional e o protagonismo do Ministério Público paulista no enfrentamento à criminalidade.

Fonte: www.mpsp.mp.br



Buscando melhores serviços públicos para o cidadão e mais eficiência na gestão pública

Ciclos ILP+IPT de Ciência Aplicada, Tecnologia e Inovação em Políticas Públicas

Por Ros Mari Zenha

O Parlamento Paulista é a instância legislativa e fiscalizatória do Estado de São Paulo.

É na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) que ocorre o debate sobre as políticas públicas, as propostas pelo Executivo ou as surgidas por iniciativa parlamentar.

A ação estatal, embasada pelas normas debatidas e aprovadas no processo legislativo, deve se sustentar cada vez mais nos aportes da ciência aplicada e das novas tecnologias para a realização de políticas cada vez mais

eficientes e eficazes, na busca do desenvolvimento econômico e social justo e ambientalmente sustentável, preconizado pela Agenda 2030 da ONU.

Para dar suporte a esses desafios, o Instituto de Estudos, Capacitação e Políticas Públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo, denominado Instituto do Legislativo Paulista (ILP), em colaboração com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), criou o Ciclo ILP+IPT de Ciência Aplicada, Tecnologia e Inovação em Políticas Públicas.

“Os debates promovidos pelo Ciclo possibilitaram a discussão de diferentes temas que exigem a atenção do Poder Público e da sociedade civil, de forma partidária e condizente com o interesse público, apontando soluções para diversos deles”.

Os debates promovidos pelo Ciclo possibilitaram a discussão de diferentes temas que exigem a atenção do Poder Público e da sociedade civil, de forma apartidária e condizente com o interesse público, apontando soluções para diversos deles.

A iniciativa teve por finalidade debater aspectos relevantes da produção científica e do desenvolvimento de tecnologias produzidas em São Paulo que tenham potencialidade de contribuir com a elaboração de políticas públicas, tendo especial preocupação em se vincular com a promoção do debate de ideias acerca da viabilização das metas relacionadas às propostas da Agenda 2030 da ONU.

Foram abordados temas como riscos geológicos, arborização urbana, energia limpa e transição energética, ruído, resíduos sólidos, áreas inundáveis, águas subterrâneas, substâncias perigosas, compras públicas, planejamento urbano, conectividade digital, qualidade do ar e da água, probióticos, xenotransplantes, e combustíveis renováveis, dentre outros, demonstrando o amplíssimo rol de aplicação que a tecnologia e a inovação têm a oferecer.

As intervenções foram apresentadas por meio virtual e as edições referentes aos Ciclos



“ A ação estatal, embasada pelas normas debatidas e aprovadas no processo legislativo, deve se sustentar cada vez mais nos aportes da ciência aplicada e das novas tecnologias para a realização de políticas cada vez mais eficientes e eficazes ”.

2022, 2023, 2024 e 2025 estão disponíveis em livre acesso.

Assim, o ILP Alesp e o IPT reforçam seus objetivos convergentes de contribuir para o aperfeiçoamento da atividade legislativa e da formulação de poli-

“ Os debates promovidos pelo Ciclo possibilitaram a discussão de diferentes temas que exigem a atenção do Poder Público e da sociedade civil ”.

ticas públicas em prol do desenvolvimento do Estado de São Paulo e do País, bem como a disseminação de conhecimento de qualidade e relevante interesse público para nossos cidadãos, reiterando a importância de consolidar a cooperação entre ciência, tecnologia, Parlamento e sociedade civil organizada, como caminho para enfrentar os desafios contemporâneos e promover políticas públicas inovadoras, sustentáveis e inclusivas.



Ros Mari Zenha - Pesquisadora do Centro Técnico de Habitação e Edificações do IPT



Segurança, transparência e legalidade: o presidente do TRE-SP aponta os caminhos para as eleições de 2026

Desembargador Encinas Manfré detalha o papel dos municípios, alerta para riscos jurídicos e reforça os pilares de um processo eleitoral confiável.

Por Elaine Garcia

Em um momento decisivo para a democracia brasileira, o papel dos municípios durante o período eleitoral exige atenção redobrada, responsabilidade e absoluto compromisso com a legalidade.

“O TRE atua ativamente de forma preventiva por meio de ações educativas realizadas pelos cartórios eleitorais e pela Escola Judiciária Eleitoral paulista”.

Nesta entrevista exclusiva, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE-SP, Desembargador Encinas Manfré, detalha como funciona o apoio da Justiça Eleitoral, alerta para os erros mais comuns cometidos por gestores e reforça a importância da transparência, da comunicação institucional responsável e do combate à desinformação. Um guia essencial para quem está à frente das administrações municipais em ano eleitoral.

1. Qual é o principal papel do TRE no apoio aos municípios durante o período eleitoral?

As eleições nos municípios têm nos cartórios eleitorais e em suas equipes os grandes realizadores do pleito, geridos pelo juiz ou juíza eleitoral. O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo atua como órgão central de suporte no estado, auxiliando as zonas eleitorais com suporte técnico para os sistemas de tecnologia da informação,

“As urnas eletrônicas são um orgulho para o país. Esperamos deixar, também, um legado de maior conscientização jurídica entre os gestores, reforçando a importância do estrito cumprimento da lei para a manutenção da estabilidade democrática”.

planejamento estratégico e logística de todo o processo eleitoral, apoio no atendimento à imprensa e comunicação institucional, entre outros.

2. De que forma os municípios podem colaborar para eleições mais seguras e confiáveis?

A colaboração municipal é importante para a lisura do pleito e acontece por meio da cessão de locais de votação adequados, de veículos para apoio aos cartórios, da atuação na segurança pública. Além disso, os municípios podem atuar no combate à desinformação.

3. Quais são os erros mais comuns cometidos por gestores municipais em ano de eleição?

Os mais frequentes ocorrem pela inobservância do que trata a Lei das Eleições ([Lei nº 9.504/1997](#)) sobre as condutas vedadas aos agentes públicos. Entre as ações que podem configurar ilícito eleitoral, destaco a extrapolação do limite de gastos com publicidade institucional; a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios pela Administração Pública no



Desembargador Encinas Manfré durante sua posse.

ano da eleição; o uso da máquina pública com fins eleitorais, configurando abuso do poder político e econômico, o que pode envolver o uso indevido de verba pública ou a presença e participação ativa do gestor em eventos de exaltação da gestão, com intuito eleitoral.

4. Como a Justiça Eleitoral avalia o papel da transparência municipal no fortalecimento da democracia

A transparência é um pilar da democracia. Entendemos que ela, em todas as esferas, deve orientar a gestão pública. A Constituição Federal garante o acesso à informação como direito fundamental, e uma gestão municipal transparente não apenas cumpre a lei, mas também fortalece a confiança do cidadão nas instituições e no próprio processo democrático.

5. O que muda na comunicação institucional das prefeituras durante o período eleitoral?

A mudança essencial é a imposição de restrições legais. O foco da comunicação institucional deve ser estritamente o interesse público e o cumprimento dos deveres de estado. É vedada qualquer forma de publicidade que promova pessoalmente o agente público ou exalte obras e programas de governo, sob pena de poder configurar conduta vedada e, dependendo da gravidade, abuso de poder.

6. Quais cuidados devem ser tomados nas redes sociais institucionais das prefeituras?

6. Quais cuidados devem ser tomados nas redes sociais institucionais das prefeituras?

As redes sociais oficiais estão sujeitas às regras da publicidade institucional previstas na [Lei das Eleições](#) quando trata das condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas. O cuidado primordial é garantir que o conteúdo divulgado não contenha promoção pessoal de candidatos ou enaltecimento de realizações com viés eleitoral, devendo-se limitar a veiculação de informações de interesse público essencial, como

serviços e utilidade pública. O objetivo da norma é preservar a igualdade de oportunidades entre os candidatos.

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou recentemente as Resoluções que orientarão as eleições de 2026 e entre elas a que trata da propaganda eleitoral. Essa resolução, a [n. 23.755/2026](#), entre outros pontos, regulamenta o uso de inteligência artificial na campanha eleitoral, estabelecendo algumas proibições como: divulgação ou compartilhamento de conteúdo gerado ou modificado por inteligência artificial sem que estejam rotulados; publicação e republicação de conteúdos elaborados por inteligência artificial que utilizem imagem, voz ou manifestação de candidata ou candidato ou de pessoa pública, mesmo que rotulados, no período compreendido entre 72 horas antes e 24 horas após o término do pleito; que as ferramentas de inteligência artificial façam sugestão de candidatos ao eleitor.

7. Como o TRE tem atuado na educação para a cidadania nos municípios?

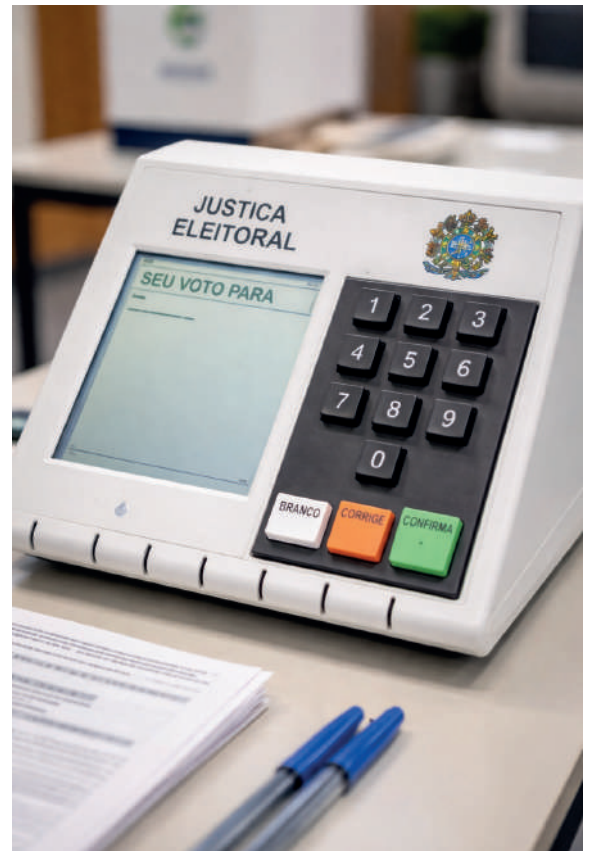
O TRE atua ativamente de forma preventiva por meio de ações educativas realizadas pelos cartórios eleitorais e pela Escola Judiciária Eleitoral paulista, realizando palestras, fornecendo materiais e orientações que visam conscientizar o eleitorado e os gestores. Isso inclui a disponibilização de cartilhas de [orientação ao jovem eleitor](#), sobre crimes eleitorais e propaganda, além do simulador de votação na urna eletrônica, visando familiarizar o

“As redes sociais oficiais estão sujeitas às regras da publicidade institucional previstas na Lei das Eleições quando trata das condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas”.

cidadão com o processo eleitoral e promover o voto seguro e consciente.

8. Que legado institucional o TRE espera deixar após este ciclo eleitoral?

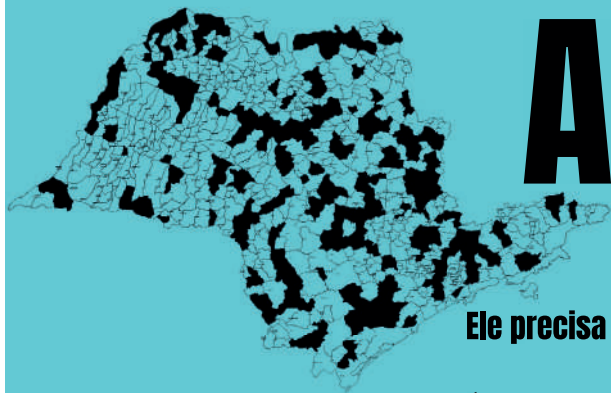
O maior legado que almejamos é a consolidação da confiabilidade e da segurança do sistema eletrônico de votação e de todo o processo eleitoral. Isso se traduz em um processo eleitoral eficiente, célere e, acima de tudo, transparente, fortalecido pela logística e tecnologia que empregamos. Vale destacar que, nas eleições de 2026, a urna eletrônica completa 30 anos de utilização, sem nenhum caso comprovado de fraude, garantindo eleições seguras e com apuração extremamente rápida — pouco tempo após o término da votação, os vencedores já são conhecidos. As urnas eletrônicas são um orgulho para o país. Esperamos deixar, também, um legado de maior conscientização jurídica entre os gestores, reforçando a importância do estrito cumprimento da lei para a manutenção da estabilidade democrática.



9. Qual conselho final o senhor daria aos gestores municipais para atravessar o período eleitoral com tranquilidade jurídica?

O conselho é um só: rigor e prudência. O período eleitoral exige que o gestor se concentre no interesse público e se afaste de qualquer ação que possa ser interpretada como benefício eleitoral. É fundamental que os gestores municipais consultem a legislação eleitoral e tenham assessoria jurídica especializada, garantindo que cada ato administrativo esteja revestido de legalidade e transparência. A tranquilidade jurídica se alcança com a certeza do dever cumprido e da estrita obediência às normas.

Elaine Garcia
jornalista



AMITESP

**O turismo não acontece por acaso.
Ele precisa de direção, articulação e, principalmente, representatividade.**

É nesse ponto que a AMITESP atua.

onde o turismo ganha força

A Associação das Prefeituras dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo reúne hoje mais de 170 cidades que compartilham um mesmo entendimento: o turismo não é apenas vocação, é estratégia. E, como toda estratégia, exige coordenação, acesso e presença nos lugares onde as decisões são tomadas.

Mais do que representar, a AMITESP atua como ponte entre os municípios do Governo do Estado, as políticas públicas e as instâncias que definem os rumos do setor. Essa atuação garante algo que nem sempre é visível, mas é decisivo: capacidade de influência e antecipação.

Para os municípios, isso se traduz em avanço mais consistente. A associação oferece suporte técnico na obtenção do título de MIT, acompanha projetos, articula demandas, promove capacitações e mantém seus associados próximos dos principais debates do turismo paulista. É um trabalho contínuo, que fortalece a gestão pública e reduz distâncias entre planejamento e execução.

AMITESP
A força coletiva que transforma
municípios em destinos.



@amitesp_oficial

(11) 91749-3406

Iniciativas como o AMITESP Conecta, a Academia AMITESP e a presença ativa em eventos como o Congresso Estadual de Municípios da APM transformam a associação em um ponto de encontro real entre gestores, ideias e oportunidades. Nos espaços que ocupa, cada município ganha palco, voz e reconhecimento. É assim que o turismo deixa de ser intenção e passa a ser política pública estruturada. Ao completar uma década de trajetória, a AMITESP reforça seu papel como uma das principais engrenagens do turismo no Estado de São Paulo e aponta para novos ciclos, novas conexões e novas possibilidades. Porque, no fim, desenvolver o turismo não é apenas promover destinos. É organizar caminhos para que eles aconteçam. E é exatamente isso que a AMITESP faz.

**+170
municípios
associados**

- Atuação direta nas políticas públicas do setor
- Representação no COC do DADETUR
- Presença nos principais encontros municipalistas
- Articulação entre municípios, Estado e parceiros estratégicos

atuações

- Assessoria para obtenção do título de MIT
- Apoio técnico e acompanhamento de projetos
- Articulação política e institucional
- Capacitação e desenvolvimento de gestores
- Parcerias estratégicas
- Eventos e encontros

ações

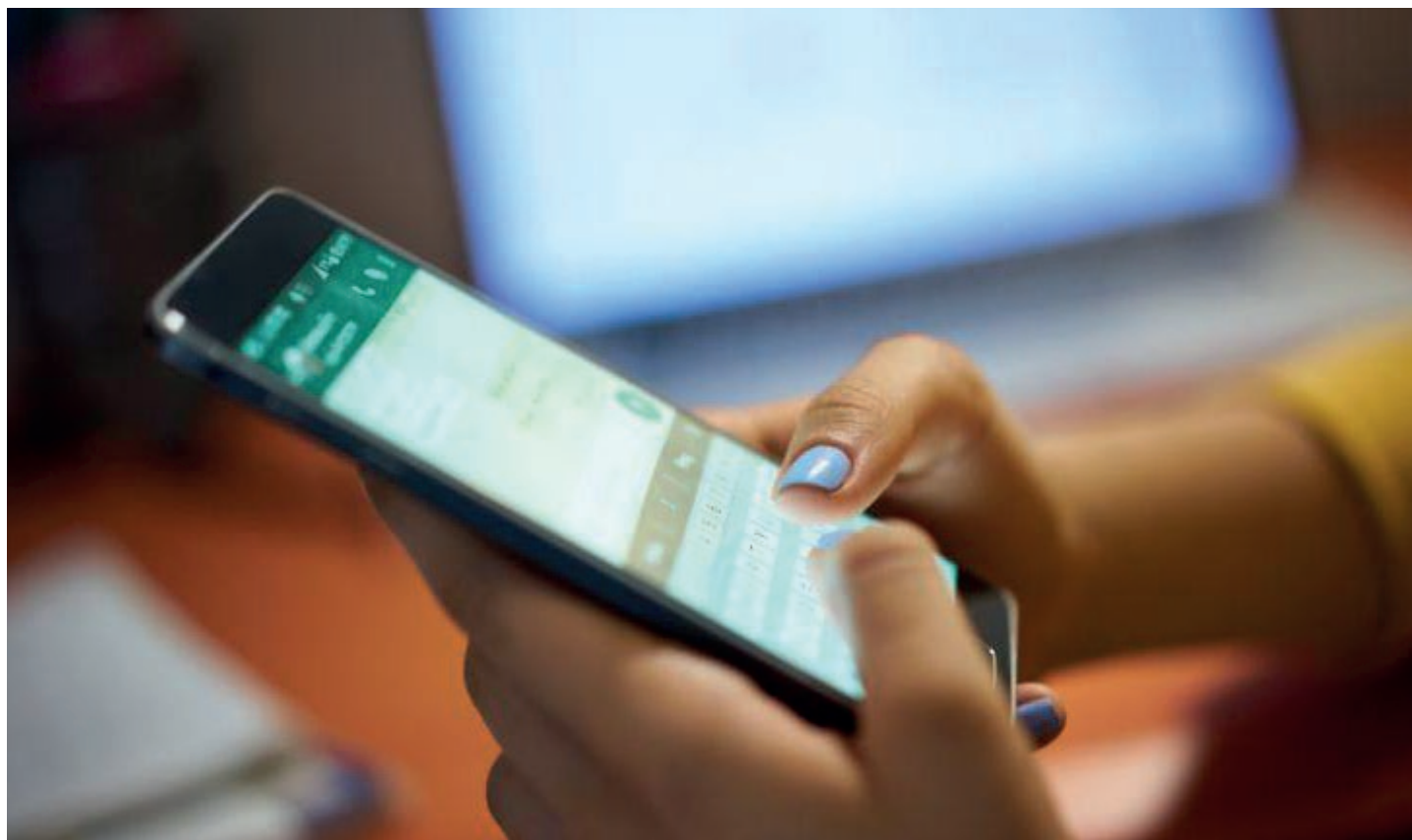
AMITESP Conecta
Academia AMITESP
AMITESP em Movimento
Novos projetos em desenvolvimento

São **10 anos** de atuação fortalecendo o turismo paulista. E o próximo capítulo já começou. **Em breve, novidades...**

Se o seu município entende o turismo como estratégia, o próximo passo é estar onde essa estratégia se articula.

Faça parte da AMITESP.





O que muda na reta decisiva do calendário eleitoral ?

Inteligência artificial, fechamento do cadastro e mobilização de mesários deixam prefeituras e gestores municipais no centro da preparação eleitoral no Estado de São Paulo.

Por Elaine Garcia

Inteligência Artificial amplia atendimento ao eleitorado paulista

A assistente virtual Lina, desenvolvida pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, ultrapassou 37 mil atendimentos entre janeiro e maio, impulsionada pela corrida pela regularização do título eleitoral antes do fechamento do cadastro. Somente em abril, foram mais de 17 mil atendimentos, quase metade do total registrado em 2026.

Disponível no site oficial do tribunal e também pelo WhatsApp, a ferramenta utiliza Inteligência

Artificial para orientar eleitoras e eleitores sobre:

- emissão do primeiro título;
- transferência de domicílio eleitoral;
- biometria;
- agendamentos;
- consulta ao local de votação.

Os serviços mais procurados foram regularização eleitoral, biometria e agendamentos. O crescimento da procura levou o TRE-SP a ampliar plantões presenciais em cartórios eleitorais durante o período de fechamento do cadastro.

Cadastro eleitoral fechado até novembro

Desde 07 de maio, o cadastro eleitoral está oficialmente fechado em todo o país, conforme determina a Lei das Eleições. Até 02 de novembro, ficam suspensos:

- novos alistamentos;
- transferências;
- biometria;
- revisões cadastrais;
- coleta biométrica.

A medida permite que a Justiça Eleitoral concentre esforços na organização do pleito de outubro. Quem não conseguiu re-



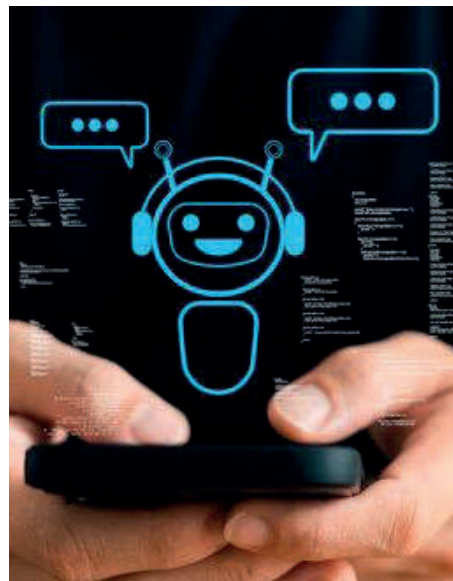
“ A assistente virtual Lina, desenvolvida pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, ultrapassou 37 mil atendimentos entre janeiro e maio, impulsionada pela corrida pela regularização do título eleitoral”.

TRE-SP abre inscrições para mesários voluntários

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo também intensificou a mobilização para formação das equipes que atuarão nas seções eleitorais. As inscrições para mesárias e mesários voluntários seguem abertas pelo site do tribunal, aplicativo e-Título e cartórios eleitorais. Entre os benefícios oferecidos estão:

regularizar o título poderá solicitar a chamada “certidão circunstanciada”, documento que comprova a impossibilidade legal de regularização durante o fechamento do cadastro e garante acesso a serviços como:

- emissão de passaporte;
- posse em cargo público;
- biometria;
- matrícula em instituições de ensino;
- recebimento de benefícios sociais.



- dois dias de folga para cada dia trabalhado;
- auxílio-alimentação de R\$ 65;
- possibilidade de horas complementares em universidades;
- critério de desempate em concursos públicos, conforme edital.

DATAS DAS ELEIÇÕES 2026

ETAPA	DATA
1º turno	4 de outubro de 2026
Possível 2º turno	25 de outubro de 2026

Reabertura do cadastro eleitoral 3 de novembro de 2026

A campanha #OrgulhoDeSerMesário traz relatos reais de participantes que atuam nas eleições paulistas e buscam ampliar a participação da sociedade civil no processo democrático.

Fonte: TRE-SP

ELEIÇÕES EM NÚMEROS

- **37 mil** atendimentos realizados pela IA Lina em 2026
- **408 mil** mensagens trocadas com eleitores
- **21 mil** dúvidas sobre regularização e transferência eleitoral
- **5,8 mil** atendimentos relacionados à biometria
- **95 mil** eleitores atendidos no último dia de regularização em SP



O Tribunal Superior Eleitoral atualizou as regras da propaganda eleitoral por meio da Resolução TSE nº 23.755/2026, considerada um dos marcos regulatórios mais importantes do ambiente digital eleitoral.

Eleições 2026: inteligência artificial, redes sociais e os novos limites da comunicação pública

Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SP, Dr. Ricardo Vita Porto analisa os desafios do próximo ciclo eleitoral e alerta prefeitos, vice-prefeitos e equipes de comunicação sobre os riscos jurídicos da desinformação, das deepfakes e do uso indevido da máquina pública.

Por Elaine Garcia

As eleições de 2026 já começaram a impactar o ambiente político dos municípios brasileiros. Embora prefeitos e vereadores não estejam no centro da disputa eleitoral do próximo ano, especialistas alertam que as administrações municipais precisarão redobrar a atenção com comunicação institucional, redes sociais e apoio político a candidaturas estaduais e federais.

Para o presidente da Comissão

de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Dr. Ricardo Vita Porto, o maior erro dos gestores públicos é acreditar que as restrições eleitorais surgem apenas durante o período oficial da campanha. “A primeira coisa que o gestor municipal precisa compreender é que as vedações ao uso da máquina pública em favor de candidaturas não surgem apenas no ano eleitoral. Elas existem sempre”, afirma.

Segundo o especialista, a aproximação das eleições não altera apenas o ambiente político, mas também amplia o olhar da Justiça Eleitoral sobre determinadas condutas administrativas.

“O que muda com a proximidade da eleição não é a proibição em si, mas quem vai apurá-la e com quais consequências: com a proximidade do pleito, a Justiça Eleitoral passa a ser competente, e as sanções vão da multa à

cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado”. A partir desse momento, práticas antes analisadas apenas sob a ótica administrativa passam a ter impactos eleitorais diretos, elevando significativamente os riscos jurídicos para gestores e candidatos apoiados.

Apesar de 2026 não envolver eleições municipais, Ricardo Vita Porto ressalta que isso não significa liberdade irrestrita para as administrações locais. “Qualquer conduta que beneficie candidatos pode ser enquadrada como abuso”. O especialista explica que prefeitos inevitavelmente serão procurados por candidatos em busca de apoio político, especialmente em cidades do interior, onde a influência das lideranças municipais costuma ter peso decisivo. “O ponto mais sensível talvez não seja jurídico, mas político. Os prefeitos, inevitavelmente, serão procurados por candidatos em busca de apoio, e esse apoio, no plano pessoal e partidário, é perfeitamente legítimo”.

O problema surge quando o apoio político ultrapassa a esfera pessoal e passa a utilizar recursos públicos, servidores, canais oficiais ou estruturas da administração municipal. “O que a lei proíbe é que ele se faça com recursos, pessoal ou comunicação da prefeitura”.

A inteligência artificial no centro da disputa eleitoral

Se nas últimas eleições a desinformação já ocupava espaço central no debate democrático, em 2026 a preocupação ganhou uma nova dimensão: a inteligência artificial.

Para o Dr. Ricardo Vita Porto, o



“Quando o conteúdo falso chega às vésperas do pleito, o estrago pode ser irreversível, porque não há tempo hábil para uma resposta eficaz”.

“Existem gestores que, por receio de incorrer em alguma irregularidade, acabam paralisando a comunicação da prefeitura em ano eleitoral. Isso é um equívoco”.

avanço das chamadas deepfakes representa um dos maiores desafios já enfrentados pela Justiça Eleitoral brasileira. “A inteligência artificial trouxe para o debate eleitoral um problema que não existia até pouco tempo, que é a possibilidade de fabricar, com alto grau de realismo, conteúdos que simulam a realidade”.

Vídeos falsos de candidatos, áudios manipulados reproduzindo a voz de autoridades públicas e imagens criadas artificialmente fazem parte de uma realidade que já preocupa especialistas e

tribunais eleitorais. “Vídeos em que um candidato aparece dizendo algo que nunca disse. Áudios que reproduzem com precisão a voz de uma autoridade pública. Imagens que retratam situações que jamais aconteceram. São as chamadas deepfakes”. Segundo ele, a grande diferença em relação aos ciclos eleitorais anteriores está na sofisticação e velocidade desse tipo de conteúdo. “O conteúdo manipulado ficou mais convincente, mais barato de produzir e muito mais rápido de disseminar”, explica Porto.

Na prática, isso torna a checagem muito mais difícil, especialmente diante do ritmo acelerado das redes sociais e aplicativos de mensagens. “O eleitor comum, que recebe esse material num grupo de aplicativos de conversação instantânea ou no feed de uma rede social, raramente tem condições de verificar sua autenticidade antes de compartilhá-lo”.

Para o especialista, esse talvez seja hoje o ponto mais crítico do

debate eleitoral digital. “A velocidade da desinformação passou a ser incomparavelmente maior do que a capacidade de checagem”. E os efeitos podem ser devastadores quando o conteúdo falso circula às vésperas da votação.

“Quando o conteúdo falso chega às vésperas do pleito, o estrago pode ser irreversível, porque não há tempo hábil para uma resposta eficaz”.

A reação da Justiça Eleitoral

Diante desse novo cenário, o Tribunal Superior Eleitoral atualizou as regras da propaganda eleitoral por meio da Resolução TSE nº 23.755/2026, considerada um dos marcos regulatórios mais importantes do ambiente digital eleitoral.

Entre as novidades está a obrigatoriedade de rotulagem de conteúdos produzidos ou alterados por inteligência artificial. “Todo conteúdo produzido ou alterado por inteligência artificial deverá ser identificado com rótulos claros, indicando sua natureza e a tecnologia utilizada”.

A proposta, segundo o jurista, é ampliar a transparência e permitir que o eleitor saiba distinguir conteúdos autênticos de materiais manipulados. Outra mudança relevante é a inversão do ônus da prova em determinadas situações envolvendo desinformação.

“Quando houver indícios consistentes de que um conteúdo foi manipulado, o candidato ou partido responsável pela divulgação poderá ter que comprovar a veracidade do material”.



A Resolução do TSE, tem a proposta de ampliar a transparência e permitir que o eleitor saiba distinguir conteúdos autênticos de materiais manipulados durante o período eleitoral.

O TSE também criou mecanismos para agilizar a remoção de conteúdos considerados ilegais. “O terceiro instrumento é a chamada remoção em cadeia. Conteúdos idênticos aos já considerados irregulares por decisão judicial podem ser derrubados sem a necessidade de novas decisões para cada republicação”.

Segundo Ricardo Vita Porto, a medida tenta conter um dos principais problemas das fake News, que é a republicação em massa em diferentes perfis e plataformas.

Redes sociais deixam de ser apenas hospedeiras

Outro ponto importante da nova regulamentação envolve o papel das plataformas digitais no processo eleitoral. Até recentemente, empresas de tecnologia

atuavam apenas mediante ordem judicial. Agora, passam a ter responsabilidades mais amplas no combate à desinformação. “Plataformas como Meta, Telegram e TikTok deixam de ser meras hospedeiras de conteúdo e passam a ter responsabilidade ativa sobre o que circula em seus ambientes”.

A resolução também exige mecanismos acessíveis de denúncia para os usuários, ampliando a participação do próprio eleitor na fiscalização do ambiente digital. “A ideia é ampliar a participação do próprio eleitor no combate à propaganda irregular”. Mesmo assim, o especialista reconhece que o desafio de fiscalização permanece enorme. “As regras existem, mas a capacidade de fiscalização da Justiça Eleitoral é limitada diante do volume e da velocidade do ambiente digital”.

Comunicação institucional: o maior risco para os municípios

Entre prefeitos e equipes de comunicação, um dos temas que mais geram dúvidas continua sendo a publicidade institucional em período eleitoral. Para o Dr. Ricardo Vita Porto, o principal cuidado é evitar que a comunicação pública seja transformada em instrumento de promoção política. “O maior cuidado é não confundir comunicação institucional com vitrine eleitoral”. Ele lembra que, apesar de as prefeituras não estarem sujeitas à mesma vedação publicitária aplicável aos governos estaduais e federal em 2026, o princípio constitucional da impessoalidade continua plenamente válido. Na prática, muitos problemas surgem justamente nas redes sociais institucionais das prefeituras. “A página oficial da prefeitura nas redes sociais que passa a destacar a figura de um deputado ou candidato a governador aliado, o agradecimento público a um parlamentar por emendas ou recursos recebidos, a divulgação de parcerias com o governo estadual com destaque à imagem do governador em campanha, são alguns exemplos”.

Para o especialista, esse tipo de prática desvirtua o papel da comunicação oficial da administração pública. “São situações em

que a comunicação da prefeitura deixa de informar o cidadão e passa a servir de palanque”. Quando o conteúdo institucional perde o caráter informativo e passa a

favorecer agentes políticos ou alianças partidárias, a divulgação deixa de atender ao interesse coletivo e entra na zona de risco da promoção eleitoral.

Como evitar promoção pessoal

Dr. Ricardo Vita Porto afirma que muitas administrações cometem excessos justamente por falta de equilíbrio, enquanto algumas ampliam a exposição institucional, outras optam por interromper completamente a comunicação pública em ano eleitoral. “Existem gestores que, por receio de incorrer em alguma irregularidade, acabam paralisando a comunicação da prefeitura em ano eleitoral. Isso é um equívoco”.

Para o especialista, três princípios ajudam a diferenciar informação pública de promoção política: impessoalidade, utilidade coletiva e contexto. “A obra é da prefeitura, não do prefeito”. Publicações centradas na imagem do gestor ou conteúdos que possam ser facilmente aproveitados em campanhas eleitorais exigem atenção redobrada. “Se o conteúdo da publicação pudesse ser aproveitado, sem nenhuma alteração, em um material de campanha eleitoral, é sinal de que algo está errado”, explica Porto.

Democracia começa nos municípios

Mesmo sem eleições municipais em 2026, o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo destaca que as cidades permanecem no centro do processo democrático. “É na cidade que os candidatos fazem campanha, que os eleitores se informam, que os comícios são realizados, que a propaganda é veiculada”. Além da

estrutura logística oferecida pelos municípios, Ricardo Vita Porto reforça que a neutralidade institucional das prefeituras é essencial para garantir equilíbrio ao pleito. “Uma prefeitura que mantém sua máquina administrativa equidistante dos candidatos contribui para a normalidade do pleito de forma muito mais efetiva do que qualquer discurso em defesa da democracia”. Ao final, ele defende atuação preventiva e orientação técnica especializada como medidas fundamentais para reduzir riscos jurídicos. “No Direito Eleitoral, como em geral no Direito Público, prevenir é sempre mais eficiente e muito menos custoso do que remediar”, finaliza.



Atenção setores de Comunicação/Assessoria de Imprensa: “O maior cuidado é não confundir comunicação institucional com vitrine eleitoral”, afirma o Dr. Ricardo Porto.

Mini currículo

Ricardo Vita Porto é advogado, especialista em Direito Eleitoral e Processual, professor em pós-graduação e membro do Conselho da EJEP; Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SP; Procurador Jurídico da Associação Beneficente da Justiça Eleitoral (ABJE-TRE/SP) e Agraciado com o Colar do Mérito Eleitoral Paulistano em 2023.



Dinheiro público pode financiar sindicato?

Por Isabela Giglio

Não é raro que chegue à mesa do prefeito ou do secretário municipal um pedido de apoio financeiro para manter uma entidade de classe funcionando. Em municípios menores, onde todo mundo se conhece, a solicitação costuma vir com urgência e um argumento difícil de ignorar: “sem esse apoio, a categoria para”.

Em geral, cerca o pedido uma pergunta simples: a Administração pode transferir recursos — inclu-

sive de forma mensal — para um sindicato, sob o rótulo de “apoio” ou “parceria”, para ajudar na manutenção de suas atividades?

A resposta, na prática, exige cuidado: nem tudo o que parece útil no curto prazo é compatível com o dever de usar o orçamento em benefício amplo, impessoal e verificável.

O ponto central está numa distinção que, fora dos gabinetes, nem sempre é óbvia: uma coisa é

apoiar iniciativas que atendem a população em geral, ou sejam, o interesse coletivo; outra, bem diferente, é financiar a estrutura de uma entidade criada para representar uma categoria.

Sindicatos, por definição, existem para defender interesses de um grupo profissional, negociar condições de trabalho e oferecer serviços a seus associados.

Em outras palavras, mesmo quando a atuação é coletiva, os beneficiários são identificáveis: os integrantes da categoria. E é aí que mora o risco para o gestor: o dinheiro público não pode ser usado para sustentar interesses privados ou corporativos, por mais relevantes que sejam para aquele grupo.

É por isso que, via de regra, não se deve usar instrumentos comuns de repasse — como subvenções, parcerias, convênios, emendas — para bancar despesas típicas de funcionamento sindical.

Quando o objetivo do dinheiro é pagar rotina administrativa, aluguel, contas, estrutura e atividades de representação, o benefício deixa de ser universal e passa a ser direcionado àquela determinada categoria.

A explicação é fácil de acompanhar. Quando o Poder Público fala em apoio a entidades do Terceiro Setor, normalmente está falando de ações voltadas a necessidades coletivas: cuidado, acolhimento, educação, cultura, esporte, inclusão.

Já a missão de um sindicato é outra: organizar e representar um segmento específico.

Essa diferença muda tudo, por-

que o orçamento público deve priorizar resultados públicos e mensuráveis — e não a sustentação permanente de uma estrutura de representação.

Isso não significa virar as costas para problemas reais enfrentados por categorias organizadas. Significa apenas escolher o caminho correto. A lição mais útil é separar a política pública — isto é, o serviço de que a população precisa — da estrutura corporativa, que é a entidade que representa um grupo.

Quando o tema envolve um serviço essencial, como mobilidade, saúde ocupacional, qualificação profissional ou condições mínimas de segurança, o Município pode atuar fortalecendo o serviço em si com planejamento, regras claras, fiscalização, metas e acompanhamento. O que não faz sentido é resolver uma falha do serviço custeando a “máquina” de representação.

Para os municípios do interior de São Paulo, onde a proximidade entre gestores, servidores e lideranças sindicais é maior e a pressão política costuma ser mais direta, o tema ganha um componente adicional: a necessidade de deixar tudo muito bem fundamentado e documentado.

A boa prática é tratar qualquer pedido de “ajuda para custeio” como um alerta de conformidade: qual é a finalidade pública concreta, quem é o público-alvo, qual entrega será realizada e como o resultado será medido? Se as respostas apontarem para manutenção da entidade (folha, sede, assessoria, estrutura), o caminho tende a ser incompatível com o interesse coletivo, o que desautoriza a utilização dos recursos públicos.

Se houver interesse público



“Sindicatos, por definição, existem para defender interesses de um grupo profissional, negociar condições de trabalho e oferecer serviços a seus associados”.

legítimo envolvido (por exemplo, capacitação aberta a todos os servidores, campanhas educativas, ações de saúde e segurança do trabalho com acesso universal e metas), a Administração pode verificar que tipo de vínculo pode ser estabelecido diante do caso concreto, a fim de estruturar a iniciativa com regras claras, plano de trabalho, critérios objetivos, ampla divulgação, prestação de contas e acompanhamento pela Controladoria/Controle Interno.

Também é recomendável consultar previamente a assessoria jurídica e registrar as decisões

em processo administrativo, com análise de riscos e de aderência ao orçamento. Esse cuidado reduz questionamentos em auditorias e evita que o Município confunda negociação trabalhista com execução de política pública.

Em tempos de fiscalização intensa e memória curta da crise, prudência não é excesso de formalidade: é a diferença entre governar com responsabilidade e administrar um passivo.



Isabela Giglio - advogada, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, autora dos livros “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e “A Administração Pública e o Terceiro Setor”, e coautora dos livros “O Marco regulatório do Terceiro Setor” e “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@conam.com.br).



Gestão estratégica e eficiência fiscal: os pilares de uma administração sustentável

Planejamento, controle de despesas e fortalecimento das receitas próprias estão entre os principais desafios das administrações municipais. O especialista em finanças públicas Carlos Kerbes analisa caminhos para uma gestão mais eficiente, moderna e preparada para o futuro.

Por Elaine Garcia

Administrar uma cidade exige equilíbrio entre demandas urgentes, limitação de recursos e necessidade de resultados concretos. Em meio a esse cenário, planejamento estratégico, responsabilidade fiscal e integração entre equipes se tornaram fatores decisivos para o sucesso das adminis-

trações municipais.

Com mais de 25 anos de experiência no setor público, o professor e consultor em finanças públicas Carlos Kerbes defende que uma gestão eficiente começa com um diagnóstico profundo da realidade do município e com a construção de um plano de metas ca-

"Com a reforma tributária, atrair empresas produtoras deixará de ser o principal fator de arrecadação. Nesse cenário, estruturar as cidades com foco em qualidade de vida, segurança, saúde pública e educação passa a ser fundamental".

paz de orientar todas as áreas do governo. "Algo que poucos fazem ao assumir é estabelecer um verdadeiro plano de metas para os quatro anos de governo. Um diagnóstico bem feito, alinhado a esse planejamento, integrando ações, reduzindo retrabalhos e orientando cada pasta a contribuir com as demais, faz enorme diferença nos resultados", afirma.

Para o especialista, manter o equilíbrio fiscal exige monitoramento constante das contas públicas, especialmente em áreas que naturalmente apresentam crescimento de despesas, como saúde, educação e folha de pagamento. "Costumo ouvir que cortar despesas é como cortar as unhas: precisa ser feito toda semana. É necessário estar atento a qualquer real a mais de despesa", destaca.

Kerbes também chama atenção para a importância da revisão de contratos, despesas previstas na Lei Orçamentária Anual e até da previdência própria municipal. Segundo ele, análises técnicas podem gerar impactos significativos nas finanças das cidades. "Muitas vezes, os valores pagos aos inativos e aposentados merecem revisão. Historicamente, essa análise pode gerar redução entre 3% e 5% do mon-

tante total da folha, o que é extremamente significativo”, pontua.

Fortalecimento das receitas próprias

Além da redução de despesas, ampliar a arrecadação municipal é outro ponto considerado estratégico. Para Kerbes, muitos municípios ainda possuem grande potencial de crescimento nas receitas próprias, especialmente por meio do IPTU e ISS. “Entender melhor o cadastro, as atividades econômicas, o valor venal dos imóveis e a correta precificação pode incrementar significativamente a arrecadação”, explica.

Outra alternativa destacada pelo consultor é a alienação de ativos municipais, principalmente, créditos inadimplidos e valores inscritos em Dívida Ativa. Porém, ele ressalta que esse processo precisa estar acompanhado de modernização administrativa e melhoria cadastral. “Caso a gestão opte por essa rota, é fundamental pensar em uma modelagem que traga melhoria institucional, especialmente na base de dados cadastrais e no fluxo de cobrança”, afirma.

Kerbes também avalia que a reforma tributária exigirá uma

mudança na estratégia de desenvolvimento das cidades. “Com a reforma tributária, atrair empresas produtoras deixará de ser o principal fator de arrecadação. Nesse cenário, estruturar as cidades com foco em qualidade de vida, segurança, saúde pública e educação passa a ser fundamental.”

Gestão baseada em dados e integração das equipes

Na avaliação do especialista, decisões públicas precisam estar apoiadas em dados confiáveis e em planejamento técnico. “Existem muitos repositórios disponíveis e confiáveis, desde os dados do IBGE até informações do Tesouro Nacional e de diversos ministérios”, explica.

Ele também destaca a contribuição de universidades, funda-

“Entender melhor o cadastro, as atividades econômicas, o valor venal dos imóveis e a correta precificação pode incrementar significativamente a arrecadação”.



Professor e consultor em finanças públicas, Carlos Kerbes.

ções, bancos de desenvolvimento e instituições de apoio à gestão pública como importantes aliados dos municípios. Outro ponto essencial, segundo Kerbes, é a integração entre as equipes de governo. “Também vejo pouco o prefeito se reunindo com todo o secretariado para planejar e cobrar prazos. Isso deveria ser rotina”, afirma.

Para ele, uma gestão eficiente depende do comprometimento coletivo. “Existe muita gente boa e qualificada, mas desmotivada. Trazer essas pessoas para dentro e fazê-las agir como time muda uma gestão, muda uma cidade e muda uma história.”

Ao final, o especialista resume sua visão sobre administração pública em uma orientação direta aos gestores: “Planeje, convença, conquiste e execute.”

Mais do que uma frase, o conselho sintetiza um modelo de gestão baseado em estratégia, eficiência e compromisso com resultados duradouros para a população.

Elaine Garcia
jornalista





Evento Marcha a Brasília de anos anteriores

Marcha a Brasília: onde o municipalismo ganha voz e constrói caminhos para o Brasil

Por Elaine Garcia

Entre os dias 18 e 21 de maio de 2026, a capital federal concentra um dos mais importantes encontros da gestão pública brasileira: a XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Realizada no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), a iniciativa reúne milhares de gestores municipais de todas as regiões do país e se concretiza, mais uma vez, como o principal espaço de

articulação política do municipalismo nacional.

Promovida pela Confederação Nacional de Municípios, a Marcha se reafirma não apenas como um evento de grande porte, mas como um movimento estruturado de representação institucional. Ao longo de mais de duas décadas, mantém-se como o palco onde prefeitos e lideranças locais apresentam demandas, cons-



O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e um dos organizadores da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

troem pautas comuns e dialogam diretamente com os Poderes Executivo e Legislativo.

Criada em 1998, a iniciativa carrega um histórico consistente de conquistas para os municípios brasileiros, especialmente no fortalecimento do pacto federativo e na ampliação da autonomia

administrativa e financeira das prefeituras. Nesta edição, mais uma vez, o encontro representa um avanço na consolidação da agenda municipalista.

Uma agenda alinhada aos desafios reais das cidades

A programação de 2026 é marcada por uma abordagem ampla e estratégica, refletindo os principais desafios enfrentados pelas administrações locais. Durante os quatro dias de evento, os participantes acompanham painéis, arenas técnicas e atendimentos especializados que abordam temas como reforma tributária, financiamento da saúde e da educação, previdência municipal, saneamento e mudanças climáticas.

A diversidade dos conteúdos reforça o caráter prático da Marcha. Mais do que debates conceituais, o evento oferece instrumentos concretos para a gestão municipal, com orientações técnicas e troca de experiências que podem

ser aplicadas diretamente no cotidiano das prefeituras.

Outro ponto de destaque é o espaço de diálogo institucional. A presença de ministros, parlamentares e representantes do Governo Federal transforma o encontro em uma arena estratégica de negociação, permitindo que as demandas municipais sejam apresentadas de forma organizada e coletiva.

Participação que gera impacto

A relevância da Marcha está diretamente ligada à presença ativa dos gestores municipais. Estar em Brasília, nesse contexto, representa mais do que acompanhar discussões: significa participar da construção de políticas públicas com impacto direto na vida da população.

Para prefeitos e equipes técnicas, o evento é uma oportunidade de atualização, capacitação e articulação. Ao reunir diferentes rea-



Fred Guidoni, presidente da APM, durante o evento em 2025.

“A presença da APM evidenciou uma atuação que vai além da representação institucional. Ao participar ativamente das discussões, a entidade reafirmou seu compromisso com a qualificação da gestão pública”.



Autoridades durante a Marcha a Brasília de 2025

lidades em um mesmo espaço, a Marcha promove um intercâmbio que fortalece o municipalismo e amplia a capacidade de resposta dos governos locais.

Além disso, o contato direto com autoridades federais e parlamentares possibilita o avanço de pautas prioritárias, aproximando os municípios dos centros de decisão.

APM: presença que fortalece a voz dos municípios paulistas

Nesse cenário, a participação da Associação Paulista de Municípios reforça seu papel estratégico dentro do movimento municipalista brasileiro. Representando um dos estados mais relevantes do país, a entidade atua como elo entre os gestores paulistas e o debate nacional, contribuindo para levar demandas regionais ao centro das discussões.

A presença da APM evidencia uma atuação que vai além da representação institucional. Ao participar ativamente das discussões, a entidade reafirma seu compromisso com a qualificação da gestão pública e com a construção de soluções alinhadas às necessidades reais dos municípios.

Essa atuação também dialoga com outras iniciativas promovidas pela associação ao longo do ano, ampliando o alcance de sua contribuição para o desenvolvimento das cidades.



Evento Marcha a Brasília de anos anteriores.

O futuro dos municípios passa por Brasília

Ao longo de quatro dias, a XXVII Marcha a Brasília reafirma sua posição como o maior e mais relevante encontro municipalista da América Latina. Mais do que um evento, consolida-se como um espaço onde decisões ganham forma, pautas avançam e caminhos são construídos.

Em um país marcado por diversidade e desafios estruturais, fortalecer os municípios mostra-se,

“Mais do que debates conceituais, o evento ofereceu instrumentos concretos para a gestão municipal, com orientações técnicas e troca de experiência”.

mais uma vez, essencial para o desenvolvimento nacional. E é justamente nesse ambiente de diálogo e articulação que a Marcha demonstra sua força, conectando lideranças, alinhando interesses e projetando soluções para o futuro das cidades brasileiras.

Fonte: XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Esta edição da revista foi finalizada antes da realização da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Por esse motivo, as imagens utilizadas nesta matéria são de edições anteriores do evento. A cobertura completa da Marcha de 2026, com matéria especial e registros fotográficos atualizados, estará disponível na edição de junho da Revista Municípios de São Paulo.



Evento Marcha a Brasília de anos anteriores.

Foto: Luiz Roberto SECOM/TSE



Sessão solene da posse do Ministro Nunes Marques na Presidência do TSE

Nunes Marques assume o TSE e reforça defesa da democracia nas Eleições 2026

Novo presidente da Corte Eleitoral destaca soberania do voto, segurança das urnas eletrônicas e desafios da inteligência artificial nas campanhas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou um novo ciclo para as Eleições Gerais de 2026. Em cerimônia realizada no dia 12 de maio, o ministro Kassio Nunes Marques assumiu a presidência da Corte com um discurso voltado à defesa da democracia, da soberania popular e da confiança nas

urnas eletrônicas.

Ao assumir o comando do chamado “Tribunal da Democracia”, Nunes Marques destacou que a principal missão da Justiça Eleitoral será garantir eleições transparentes, seguras e conduzidas dentro da normalidade institucional. Segundo ele, a vontade livre do

eleitor continuará sendo a base do processo democrático brasileiro.

A solenidade marcou o encerramento da gestão da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha e também a posse do ministro André Mendonça, como vice-presidente da Corte. O evento reuniu autoridades dos três Poderes, incluindo o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e representantes do Congresso Nacional, do Judiciário, da advocacia e do Ministério Público.

Um dos principais pontos do discurso foi o avanço da inteligência artificial no ambiente eleitoral. Nunes Marques alertou para os riscos da desinformação, da manipulação de conteúdos e do uso indevido das novas tecnologias durante as campanhas. Ao mesmo tempo, ressaltou que a IA também pode contribuir para ampliar a transparência, fortalecer a fiscalização e aproximar a população do processo eleitoral.

O novo presidente do TSE também reafirmou a segurança das urnas eletrônicas, classificando o sistema brasileiro de votação como referência internacional pela eficiência e confiabilidade na apuração dos votos. Para o ministro, o modelo eletrônico representa um patrimônio institucional da democracia nacional.

Nunes Marques permanecerá na presidência do TSE, até maio de 2027, e terá a responsabilidade de conduzir as Eleições de 2026 em um cenário marcado pela polarização política, pelo avanço tecnológico e pela crescente atenção sobre o ambiente digital.



Sessão solene da posse do Ministro Nunes Marques na Presidência do TSE

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



Execução Contratual: o Novo Centro do Controle

Por Dr. Luciano Ferreira Peres

A evolução recente do controle externo exercida pelos Tribunais de Contas não representa mero ajuste de enfoque, mas verdadeira alteração de paradigma na forma como se compreende a legitimidade da despesa pública.

Durante décadas, a juridicidade da contratação administrativa foi aferida, predominantemente, a partir da higidez formal do procedimento licitatório.

Editais bem estruturados, pareceres jurídicos consistentes e observância ritualística das etapas

procedimentais eram, em grande medida, suficientes para sustentar a regularidade do gasto.

Esse modelo, entretanto, revelou-se insuficiente diante da constatação empírica de que contratações formalmente perfeitas não raramente produziam resultados ineficientes ou, em casos mais graves, absolutamente inúteis ao interesse público.

É nesse contexto que se consolida a inflexão promovida pelo TCE-SP, cujo foco de análise passa a incidir, com intensidade crescen-

te, sobre a execução contratual. A lógica subjacente é simples, mas de consequências profundas: não é o procedimento que legitima a despesa, mas o resultado que dela decorre.

A contratação deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser compreendida como instrumento cuja validade se projeta no plano concreto da entrega.

Essa mudança desloca, de forma inequívoca, o centro de gravidade da responsabilidade administrativa. Se antes o risco institucional se concentrava na fase de seleção do contratado, hoje ele se materializa na condução do contrato ao longo de sua execução.

A formalidade cede espaço à efetividade. A presunção de regularidade, antes ancorada no procedimento, passa a depender da demonstração de que o objeto foi acompanhado, entregue e útil.

Nesse novo cenário, a fiscalização contratual deixa de ser elemento periférico para assumir posição estruturante. Não se trata mais de cumprir a exigência legal de designação de gestor e fiscal, mas de evidenciar atuação concreta, contínua e documentada.

A ausência de registros não é interpretada como lacuna formal, mas como indicativo de inexistência de controle. E, se não há controle, a conclusão lógica é a de que não há garantia de que o objeto foi efetivamente executado nos termos pactuados.

Três vetores, portanto, passam a orientar o juízo de regularidade.

O primeiro é a fiscalização efetiva, compreendida como atividade permanente de acompanhamento, com registros aptos a demonstrar a evolução do contrato, as intercorrências e as providências adotadas.

O segundo é a comprovação material da entrega, que exige corres-



“ Não se trata mais de cumprir a exigência legal de designação de gestor e fiscal, mas de evidenciar atuação concreta, contínua e documentada”.

pondência entre o objeto contratado e aquilo que foi efetivamente disponibilizado à Administração. A formalização documental, isoladamente considerada, perde relevância quando dissociada de verificação empírica.

O terceiro vetor é a aderência entre pagamento e resultado, que traduz a própria essência da despesa pública: só há legitimidade no desembolso quando demonstrada a utilidade concreta daquilo que foi contratado.

A partir dessa tríade, revela-se uma consequência inevitável. A omissão na fase de execução não é mais tolerada como falha acessória, mas qualificada como elemento apto a comprometer a regularidade das contas.

A responsabilidade do gestor deixa de ser fragmentada. Não há mais espaço para a dissociação entre quem contrata e quem responde pelo resultado, tampouco para a transferência implícita de responsabilidade ao particular contratado. A Administração responde pela escolha, pela condução e, sobretudo, pelo resultado. Esse reposicionamento do controle externo expõe, com nitidez, uma fragilidade recorrente na estrutura administrativa municipal: a existência de mecanismos formais de fiscalização desprovidos de conteúdo operacional. Relatórios padronizados, assinaturas automáticas e rotinas meramente protocolares já não resistem ao escrutínio técnico. O que se exige é coerência entre estrutura e prática, entre designação e atuação, entre forma e conteúdo.

Não se trata, portanto, de aumento de rigor normativo, mas de exigência de racionalidade administrativa. O problema não está na complexidade das regras, mas na incapacidade de transformá-las em prática efetiva de gestão. Municípios que não internalizam essa lógica permanecem operando sob um modelo superado, no qual a

regularidade é presumida pela forma, ignorando que o controle contemporâneo exige a demonstração do resultado.

Em termos concretos, a execução contratual deve ser reposicionada como fase central da gestão pública.

É nesse momento que se materializa o interesse público que justificou a contratação.

É na execução que se verifica se a escolha foi adequada, se o objeto atende à necessidade administrativa e se o recurso público foi aplicado com racionalidade. Fora disso, o procedimento não passa de um exercício formal destituído de legitimidade substancial.

Ao final, a conclusão que se impõe não decorre de construção retórica, mas de uma sequência lógica incontornável.

Se a despesa pública só se legitima pelo resultado, e se o resultado só pode ser aferido na execução, então é nessa fase que reside o verdadeiro controle.

Ignorar essa premissa não implica apenas risco de apontamentos pelos órgãos de controle, mas revela, sobretudo, uma desconexão entre a atuação administrativa e a finalidade que a justifica. É precisamente essa desconexão que o controle externo, em sua maturidade atual, passou a não mais admitir.



Luciano Ferreira Peres - Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialista em Direito Público pela PUC - SP



Crédito: Antônio Couto

Imagem do Jardim Gazuza, Diadema/SP

ATHIS: Uma Estratégia para Cidades Inclusivas

Por Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP)

A qualidade de vida nas cidades exige instrumentos concretos e acessíveis. Neste artigo, apresentamos uma política pública inovadora, a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), capaz de transformar as condições de moradia de famílias vulneráveis com alto impacto em outras políticas e baixo custo para os municípios. Convidamos os gestores municipais a refletir sobre como essa estratégia pode fortalecer o direito à moradia adequada em seus territórios.

O CAU/SP vem promovendo a ATHIS, que compreende um conjunto de serviços técnicos volta-

dos para a reforma e melhoria das moradias de famílias de baixa renda. Esse direito é assegurado pela **Lei Federal 11.888/2008**, que garante o direito à assistência técnica gratuita em arquitetura, urbanismo e engenharia, contemplando tanto as condições da edificação quanto o território em que a família está inserida.

Por que implementar um programa de Athis nos municípios?

O acesso à moradia é um dos maiores problemas não solucionados de nossas cidades. A implementação de uma política de ATHIS nos municípios transcende a mera oferta de moradia, confi-

“Nesse projeto, o profissional de arquitetura e urbanismo é nosso público-alvo prioritário, pois tem a formação mais direcionada para atuar no território”.

gurando-se como uma estratégia multifacetada que gera impactos positivos em diversas esferas. A habitação é porta de entrada para outros direitos. Abaixo, detalhamos os principais benefícios:

Melhoria da Saúde Pública:

Moradias sem janelas, sem ventilação, com infiltração ou sem saneamento básico são responsáveis pelo adoecimento das famílias mais humildes. Soluções que a ATHIS oferece podem melhorar a condição de saúde pública na medida em que reformas de moradias com assistência técnica garantem condições mínimas de salubridade, condições essas diretamente ligadas a incidência de doenças respiratórias, dermatológicas, gastrointestinais e infecciosas. Contribui também para o controle de pragas e vetores, para a qualidade do ar e da água, para a redução da temperatura interna das edificações. O investimento em moradia adequada está diretamente ligado à economia com gastos em saúde. Dados da OMS indicam que para cada dólar investido em ações pertinentes à política de saneamento básico, há uma economia de US\$ 4,30 no gasto em saúde. Importante ainda ressaltar o papel da moradia digna na contribuição para Promoção da Saúde Mental, reduzindo o estresse, a ansiedade e promovendo um senso de pertencimento e dignidade.

Destacam-se também entre os benefícios das políticas de ATHIS a redução da vulnerabilidade social, diminuindo a exposição das famílias a riscos ambientais e sociais, há melhoria no rendimento escolar e contribui para a segurança, reduzindo a exposição à violência doméstica e urbana. Contribui também para a mitigação de riscos assegurando que as construções e as intervenções de melhoria sejam realizadas em locais seguros e com



Imagem do Bairro Jardim São Manoel

“ O projeto prevê diálogos e capacitações técnicas e institucionais voltadas a agentes públicos, especialmente municipais, profissionais de arquitetura e urbanismo e organizações da sociedade civil”.

técnicas construtivas adequadas, prevenindo desabamentos por falhas estruturais ou ocupação de áreas de risco geológico, como encostas e margens de rios.

Ao integrar a ATHIS à política habitacional e às demais políticas públicas urbanas, os municípios cumprem um dever social e investem proativamente na construção de um futuro mais seguro, saudável e equitativo para toda a sua população.

Moradia digna em pauta: o CAU/SP e o fomento à ATHIS

O CAU/SP vem investindo recursos e esforços na promoção deste direito, com mais de 10 milhões de reais investidos nos últimos 5 anos em fomento a projetos e ações de ATHIS em parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Os projetos desenvolvem ações em: **melhorias habitacionais, regularização fundiária, capacitação** de moradores, lideranças e profissionais e **intervenções urbanas e comunitárias**. Para os municípios, essas parcerias representam uma oportunidade concreta de ampliar a

oferta de ATHIS em seus territórios, com respaldo jurídico, transparência no uso dos recursos e resultados mensuráveis para a população. Esta ação é realizada por meio de Editais de Chamamento Públicos, que utilizam o Marco Regulatório das OSCs, e o edital de 2026 já está aberto!

As inscrições iniciaram dia 23 de março e seguem abertas até o **dia 06 de maio de 2026**. O **Editais de Chamamento Público nº 03/2026 do CAU/SP** deverá fomentar 14 projetos que somarão mais de **2 milhões de reais** investidos. Propostas com apoio comprovado de municípios e agentes públicos recebem pontuação adicional na concorrência com os demais projetos. As informações estão disponíveis no Site do CAU/SP¹.

“Ao integrar a ATHIS à política habitacional e às demais políticas públicas urbanas, os municípios cumprem um dever social e investem proativamente na construção de um futuro mais seguro”.

ATHIS em Rede

Outra ação recente do CAU/SP para promoção da ATHIS teve início em fevereiro de 2026, o projeto **ATHIS em Rede: fortalecendo a moradia digna no Sul Global, uma parceria entre o CAU/SP, o ONU-Habitat e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE)**. A iniciativa busca fomentar a implementação da política de ATHIS no estado de São Paulo, promovendo trocas de experiências com países da América Latina e África.

Para isso, o projeto prevê diálogos e capacitações técnicas e institucionais voltadas a agentes públicos, especialmente municipais, profissionais de arquitetura e urbanismo e organizações da sociedade civil. O projeto também inclui um diagnóstico sobre o contexto da ATHIS no estado, a proposição de diretrizes de avaliação e monitoramento, a implementação de intervenções-piloto e a criação de uma plataforma de co-



Crédito: Ana Maria Barbour / ONU-Habitat

Imagem do Bairro Jardim São Manoel – Santos/SP

laboração entre profissionais do Sul Global. A iniciativa culminará, no segundo semestre de 2026, com a realização de um fórum internacional sobre ATHIS.

O ATHIS em Rede integra o Simetria Urbana, iniciativa de Cooperação Sul-Sul Trilateral entre ONU-Habitat e a ABC/MRE voltada ao desenvolvimento urbano sustentável por meio da troca de experiências e do fortalecimento de capacidades no Sul Global.

A presidente do CAU/SP, Camila Moreno de Camargo, destaca que, **“nesse projeto, o profissional de arquitetura e urbanismo é nosso público-alvo prioritário, pois tem a formação mais direcionada para atuar no território. Por isso é primordial expandir e aprimorar suas capacidades sobre ATHIS”**. Camila destaca, também, o fato de o projeto ampliar e reforçar esse campo de atuação

para os profissionais de arquitetura e urbanismo, ao mesmo tempo em que oferece instrumentos para os gestores municipais para consolidar a ATHIS enquanto política pública no estado de São Paulo.

Durante o 68º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, o estande do CAU/SP recebeu gestores públicos, profissionais de arquitetura e urbanismo e representantes da sociedade civil, que puderam conhecer as oportunidades e iniciativas voltadas aos municípios paulistas.



¹ <https://causp.gov.br/cau-sp-lanca-edital-para-apoiar-projetos-de-athis-chamada-publica-com-mais-de-r-2-milhoes-em-recursos/>

O seu crescimento tem lugar para acontecer.

São Carlos reúne ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento em um dos ecossistemas de inovação mais avançados do país.

+235 startups

2 parques tecnológicos

2 unidades da EMBRAPA

2 universidades de excelência

1 PhD a cada 100 habitantes

Qualidade de vida

Localização estratégica

Menos burocracia

Incentivo fiscal





Por Marilene Mariotoni



COSMU - FIESP

Esta colunista foi nomeada pelo Presidente, Paulo Skaf, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), como Conselheira do Conselho Superior Multidisciplinar (COSMU), presidido por Silvina Mirabella, do Conselho Superior de Estudos Nacionais e Política (COSEN), presidido por Michel Temer e do Conselho Superior de Economia (COSEC), presidido por Roberto Campos Neto. A foto mostra as Conselheiras do COSMU e Assessores, após a reunião de debates.



Fórum Shanghai

O Fórum de Cooperação Econômica e Comercial da Shanghai em São Paulo foi realizado no Hotel Intercontinental, no dia 17 de março, contando com autoridades e empresários chineses e brasileiros. Na foto: Sylvio Lino da Silva Filho (CRECISP), Eládio Toledo (Vice-Superintendente da Associação Comercial de São Paulo - Oeste), Fernanda Karolino (Presidente da Fundação Júlio Karolino), Lídia Cotait Kara José, Marilene Mariotoni e Augusto Viana Neto (Presidente do CRECISP). Todos convidados por Floriano Guedes.



Com Geraldo Alckmin

A Caravana Federativa foi realizada nos dias 19 e 20 de março, no Expo Center Norte em São Paulo, com a presença do Presidente Lula, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, dos então Ministros Marina Silva, Sônia Guajajara, Simone Tebet, Gleisi Hoffmann, Paulo Teixeira e Fernando Haddad, dos Ministros Guilherme Boulos, Luiz Marinho e Margareth Menezes. Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Secretários obtiveram informações e assinaturas de convênios; Adinan Ortolan pediu o fortalecimento do Conselho da República.



2º ENAME

A Federação das Associações de Mulheres da Engenharia, Agronomia e Geociências (FAMEAG), presidida pela atuante Engenheira Poliana Krüger, realizou o 2º Encontro Nacional de Associações de Mulheres da Engenharia, Agronomia e Geociências (2º ENAME), em Aracaju (SE), nos dias 5 e 6 de março, com grandes autoridades e profissionais do Brasil. Na foto, a Presidente Eng. Poliana Krüger, Eng. Marilene Mariottoni (Presidente da Comissão do Prêmio FAMEAG 2026) e a Eng. Rute Carvalhal, destacada liderança profissional da Bahia.



Entre Marina e Patrícia

A então Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, presente à Caravana Federativa de São Paulo, fez um dos mais importantes pronunciamentos em defesa da maior participação da Mulher, por respeito e equidade. Na foto com esta colunista e Patrícia Vieira Juliani, Assessora da Fundação Pró-Lar de Jacaré (SP). Patrícia Juliani foi Vereadora e já ocupou os cargos de Secretária de Assistência Social e de Chefe de Gabinete de Prefeito de Jacaré. Atuante na defesa da população, Patrícia teve intensa participação na Caravana.



Nonato homenageia

Raimundo Nonato, jornalista, colunista social, apresentador de TV, escritor e produtor cultural, com mais de 46 anos de carreira, fundador da Coluna Destaque, em Taubaté, no Vale do Paraíba (SP), realizou comovente homenagem a esta colunista, Marilene Mariottoni, e a outras Mulheres, em São Paulo, no Buffet Família Gioielli, em março. Evento primoroso com a entrega da homenagem, lançamento do livro Destaques do Brasil com personalidades e profissionais que se sobressaíram em suas áreas de atuação e especial coquetel.

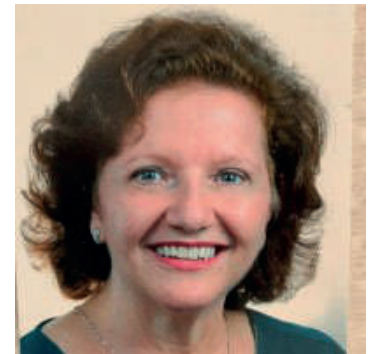
Santa Salete

O município de Santa Salete foi muito bem representado na Caravana Federativa em São Paulo pela Vice-Prefeita e Secretária da Saúde Rosana Cristina Cocharro Preto, pela Chefe de Gabinete Renata Lopes de Souza e pela Secretária de Administração Fernanda Bordão Varconti. Levaram informações e benefícios



a Santa Salete cujo Prefeito é Júlio César Martins Miliatti. Na foto, da esquerda para a direita, Fernanda B. Varconti, Renata L. de Souza, Rosana C. Cocharro Preto e esta colunista.

A coluna *Mulheres em Destaque* homenageia mulheres que fazem a diferença por meio de ações inovadoras, ideias transformadoras e iniciativas que impulsionam o crescimento. São histórias inspiradoras de liderança, criatividade e impacto positivo, que mostram como a inovação pode gerar mudanças reais e duradouras.



Marilene Mariottoni - jornalista e engenheira. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara de Mogi Mirim, Conselheira, Presidente do Conselho Deliberativo e 4ª Vice Presidente da APM. É Conselheira da Consumare Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa e Diretora da Federação de Associações de Mulheres da Engenharia, Agronomia e Geociências (FAMEAG) e da AMEAG SP.
Contato: marilenemariotton@uol.com.br



Mulheres atuantes

A Presidente da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (FAMES), Silvany Yanina Mamlak Caval-

cante tem realizado grande trabalho pela entidade cuja sede esta colunista teve a alegria de conhecer. Silvany Cavalcante prestigiou o 2º ENAME juntamente com Sônia Faustino (Secretária Executiva do Ministério das Comunicações) e Elaine Cristina da Silva (Secretária Municipal do Respeito às Mulheres de Aracaju), ambas ladeadas na foto pela Eng. Marilene Mariottoni e pela Eng. Carmem Eleonôra C. A. Soares, Diretoras da FAMEAG.



Prevenção de desastres: um desafio urgente — e possível — para os municípios paulistas

Por Manuela de Andrade Faria

Os desastres naturais deixaram de ser eventos excepcionais e passaram a compor, com frequência crescente, a realidade das cidades brasileiras. Enchentes, deslizamentos, secas e eventos climáticos extremos já impactaram, nos últimos anos, milhões de pessoas, com prejuízos bilionários e, mais grave, perdas humanas irreparáveis.

Diante desse cenário, a pergunta que se impõe aos gestores públicos não é mais “se” esses eventos ocorrerão, mas “quando” e “quão preparados estaremos”.

Os desastres naturais também foram apontados como um dos temas de maior preocupação da sociedade em consulta pública nacional realizada pelo TCU por meio do

Portal de Participação Cidadã.

Em resposta a essa demanda da sociedade, o TCU realizou auditoria com o objetivo de avaliar as iniciativas de prevenção e mitigação no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

Os resultados estão consolidados no Acórdão 2.744/2025-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, que apresenta achados relevantes — e preocupantes —, com reflexos diretos na realidade dos municípios, inclusive no estado de São Paulo.

O primeiro ponto que merece atenção é a fragilidade da governança da política. Apesar de existir desde 2012, a PNPDEC ainda carece de instrumentos essenciais, como

um plano nacional plenamente implementado e instâncias efetivas de coordenação. Na prática, isso significa que União, estados e municípios muitas vezes atuam de forma desarticulada, com sobreposição de esforços em algumas áreas e ausência total de ação em outras.

Para o gestor municipal, essa constatação traz um alerta importante: a ausência de coordenação nacional não pode ser justificativa para a inação local. Ao contrário, reforça a necessidade de protagonismo dos municípios na organização de suas estruturas de defesa civil, na integração com políticas urbanas e ambientais e na busca ativa por parcerias institucionais.

Outro achado relevante diz res-

peito à insuficiência de informações qualificadas sobre riscos.

Ainda há lacunas significativas no mapeamento de áreas vulneráveis e no monitoramento contínuo de eventos. Em termos práticos, isso significa que muitos municípios não dispõem de diagnósticos atualizados que orientem o planejamento urbano, a ocupação do solo e as ações preventivas.

Aqui reside uma oportunidade clara: investir em conhecimento do território. Mapear áreas de risco, atualizar cadastros, integrar dados locais com sistemas estaduais e federais e capacitar equipes técnicas são medidas que, embora demandem esforço inicial, geram enorme retorno. Estudos internacionais indicam que cada unidade monetária investida em prevenção pode economizar múltiplos valores em reconstrução.

A auditoria também evidenciou a ausência de monitoramento e avaliação sistemática das ações de prevenção. Em outras palavras, o país ainda mede pouco o que faz — e, por consequência, aprende menos do que poderia. Para os municípios, isso reforça a importância de estabelecer indicadores simples, acompanhar resultados e ajustar estratégias continuamente. Não se trata de burocracia, mas de gestão inteligente.

No campo das obras de prevenção, os achados são igualmente desafiadores. Há fragmentação na escolha de projetos, ausência de critérios claros de priorização e um alto percentual de obras paralisadas ou inacabadas. Esse cenário impacta diretamente os municípios, que muitas vezes recebem recursos para intervenções que não se concretizam ou não atendem às reais necessidades locais.

Nesse contexto, é fundamental que os gestores municipais aprimorem a qualidade dos projetos



apresentados, invistam em planejamento prévio e gestão de riscos e acompanhem de perto a execução das obras. Transparência, controle social e uso de plataformas públicas de acompanhamento são aliados importantes nesse processo. Um ponto que merece destaque especial é a mudança de paradigma necessária: sair de uma atuação reativa — focada em resposta e reconstrução — para uma cultura efetiva de prevenção. Isso exige integração entre áreas como planejamento urbano, habitação, saneamento, meio ambiente e defesa civil. Exige também decisões difíceis, como restringir ocupações em áreas de risco e priorizar investimentos estruturantes.

Os eventos recentes no Brasil demonstram que os custos da inação são altos — e recaem, em grande medida, sobre os municípios. Por outro lado, experiências bem-sucedidas mostram que é possível reduzir significativamente os impactos dos desastres com planejamento, coordenação e investimento adequado.

Para os gestores paulistas, que atuam em um estado com grande diversidade territorial e desafios urbanos complexos, a agenda da prevenção deve ser vista como estra-

tégica. Mais do que uma obrigação legal, trata-se de proteger vidas, preservar patrimônio público e garantir desenvolvimento sustentável.

Por fim, é essencial reforçar: a prevenção de desastres é uma agenda federativa. Nenhum ente conseguirá avançar sozinho. Por isso, fica o convite: dialoguem com os órgãos federais e estaduais, participem ativamente das instâncias de coordenação, busquem apoio técnico, compartilhem informações e experiências.

Fortalecer essa articulação é o caminho mais seguro para transformar o atual modelo — ainda reativo — em uma política pública verdadeiramente preventiva, eficiente e capaz de proteger nossas cidades e nossa população.



Manuela de Andrade Faria - Secretária do TCU em São Paulo; Auditora Federal de Controle Externo



Conjunto Habitacional Santos AB, em Santos, entregue em janeiro de 2026

SP bate recorde de investimento em atendimentos habitacionais nos últimos três anos

Foram mais de R\$ 8 bilhões em investimentos desde 2023, o volume supera todos os aportes somados nos oito anos anteriores (2015 e 2022) e estabeleceu um novo patamar para o setor em todo o estado

Por Assessoria CDHU

A política habitacional do Estado de São Paulo vive um novo momento. Em pouco mais de três anos, a habitação estadual passou por uma reorganização que ampliou investimentos, diversificou modalidades de atendimento e aproximou o planejamento urbano das necessidades reais das cidades. O resultado começa a aparecer não apenas nos canteiros de obras, mas na rotina de

milhares de famílias que passaram a acessar moradia digna com infraestrutura e segurança.

Desde 2023, mais de R\$ 8 bilhões foram investidos em habitação, volume superior à soma dos investimentos realizados entre 2015 e 2022. Nesse período, 84,8 mil moradias foram entregues em diferentes modalidades de atendimento, entre subsídios habitacionais e produção

direta. Outras 112,8 mil unidades seguem em construção em todas as regiões paulistas.

A mudança começou ainda no início da atual gestão, quando a então Secretaria de Habitação ampliou sua atuação e incorporou diretrizes de desenvolvimento urbano. A proposta passou a enxergar a política habitacional para além da entrega de moradias, integrando ações de planejamento urbano, qualificação de espaços públicos e enfrentamento de problemas históricos, como a expansão de loteamentos irregulares, o adensamento de favelas e a precariedade habitacional.

Hoje, 631 dos 645 municípios paulistas já recebem algum tipo de atendimento estadual na área, alcançando 98% do território paulista. A aproximação com as administrações municipais também abriu espaço para uma atuação mais integrada, incluindo suporte para planejamento, com áreas verdes, equipamentos públicos e melhorias urbanas vinculadas aos empreendimentos habitacionais.

Nesse contexto, o Programa Bairro Paulista reúne ações de regularização fundiária, urbanização de favelas, melhorias habitacionais, requalificação urbana e apoio ao planejamento regional. Até o momento, cerca de 1,3 mil famílias foram atendidas em oito municípios: Araçoiaba da Serra e Alambari, na região de Sorocaba; Lagoinha, no Vale do Paraíba; Juquitiba, na Grande São Paulo; Tabatinga, na região Central; Macedônia, no noroeste paulista, Pompeia, na região de Marília e Pontes Gestal, em São José do Rio Preto. Os investimentos somam R\$ 1,9 milhão.

A adesão dos municípios ao novo modelo também cresceu. Mais de 700 projetos foram protocolados no último ano por cidades de diferentes regiões do Estado, refletindo a busca por soluções urbanas mais sustentáveis e estruturadas.

A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) também foi ampliada. Além da construção direta de moradias, os órgãos passaram a estruturar parcerias, modelos de financiamento e suporte técnico aos municípios.

“Hoje, o Casa Paulista representa a eficiência do investimento público por meio de diferentes modalidades de atendimento, capazes de atender públicos diversos, cada um conforme sua necessidade”, afirma o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco.

O principal programa habitacional do Estado, o Casa Paulista, ampliou significativamente sua atuação. Em março deste ano, o Governo de São Paulo autorizou a liberação de 12,5 mil novas Cartas de Crédito Imobiliário (CCI), com investimento de R\$ 159 milhões. Os subsídios, destinados à aquisição do primeiro imóvel, atendem famílias de municípios paulistas, com valores entre R\$ 10 mil e R\$ 16 mil, conforme o porte da cidade.

Essa foi a nona etapa de liberações desde 2023. Ao todo, já foram disponibilizados 96,3 mil subsídios, com investimento estadual

de R\$ 1,2 bilhão. Para comparação, entre 2012 e 2022 haviam sido concedidos 50,8 mil subsídios.

CASA PAULISTA : Principal programa habitacional do Governo de São Paulo que reúne ações de subsídio, financiamento e produção de moradias.

Cidade Legal: Apoio técnico aos municípios para regularização de áreas irregulares.

Produção Habitacional

CDHU: Construção e financiamento de moradias populares pela CDHU.

Carta de Crédito Associativo (CCA): Financiamento para compra de imóveis na planta ou em construção. Os imóveis são financiados de acordo com os critérios da CDHU.

Preço Social: Modelo habitacional em parceria com municípios e iniciativa privada para oferta de moradias com valores abaixo do mercado.

Viver Melhor: Reformas e melhorias em moradias precárias.

Vida Longa: Moradias acessíveis para idosos em situação de vulnerabilidade.

Vida Digna: Reassentamento de famílias que vivem em palafitas e áreas de risco na Baixada Santista.

Bairro Paulista — Cidades

Sustentáveis: Requalificação urbana com foco em sustentabilidade, mobilidade e áreas verdes.

Regularização Fundiária

CDHU: Regularização de conjuntos habitacionais e entrega de documentação às famílias.

Carta de Crédito Imobiliário

(CCI): Subsídio de até R\$ 16 mil para famílias que podem ser combinados com benefícios federais e com o uso do FGTS, reduzindo o valor das prestações dos imóveis.

Urbanização de Favelas:

Implantação de infraestrutura e melhorias urbanas em comunidades vulneráveis.



Bairro Paulista, em Araçoiaba da Serra, com soluções sustentáveis, áreas arborizadas e sombreadas.

Outro eixo fortalecido foi o Programa Carta de Crédito Associativo (CCA), que ampliou a participação de parcerias na produção habitacional e passou a estimular novos modelos de financiamento para empreendimentos. Nesse modelo, a CDHU atua como agente técnico e financeiro, oferecendo subsídios e financiamento habitacional para famílias de baixa renda, além de acompanhar a execução das obras até a entrega das unidades. Hoje já são 8.665 famílias beneficiadas pelo programa com investimento de R\$ 1,5 bilhão.

Assessoria CDHU



Com a
**Tabela SUS
Paulista**

— chegou a minha vez de fazer — cirurgia

RITA SILVA
JÁ FEZ A CIRURGIA
DE CÂNCER DE MAMA



INVESTINDO ATÉ
5x MAIS QUE A
TABELA FEDERAL

RECORDE DE
CIRURGIAS EM SP:
3,5 MILHÕES DE
PROCEDIMENTOS

Saiba mais





O NOSSO INVESTIMENTO NÃO É APENAS EM SANEAMENTO E OBRAS, É EM SAÚDE E DIGNIDADE PARA MILHÕES DE PESSOAS.

SÃO R\$70 BILHÕES INVESTIDOS PARA LEVAR
SANEAMENTO BÁSICO A TODOS OS MUNICÍPIOS
ATENDIDOS PELA SABESP ATÉ 2029.

PROBLEMAS HISTÓRICOS, SOLUÇÕES DEFINITIVAS.
É ISSO QUE ESTAMOS ENTREGANDO.

sabesp


Uma
Sabesp
para
todos.